



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**



**TERRITÓRIO RURAL MANAUS E ENTORNO: UMA ANÁLISE A
PARTIR DO MUNICÍPIO DE IRANDUBA**

Bolsista: Paulo Rodrigo de Sousa Santos – CNPQ

Manaus

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



Bolsista: Paulo Rodrigo de Sousa Santos – CNPQ
Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski
Co-orientação: Msc. Juliana Araújo Alves

Manaus
2012

Se eu calei foi de tristeza, você cala por calar...
Avôhai, Zé Ramalho

Agradecimentos

*Aos meus pais;
Ao orientador: Prof. Antônio Carlos Witkoski;
À Profa. Teca Fraxe, Juliana, Profa. Kátia Cavalcante,
Célula Manaus e Entorno, ao Álvaro Jardel e France Bispo, Tayane Cristina, B. V., e o
Parazinho (motorista da universidade).
À Comunidade de Santa Luzia do Baixio, em especial, ao Rodinei, Ziga, Deca, Valdiza,
Raimundo Lula, Valdir e todos os demais comunitários que tanto contribuíram para a
realização desta pesquisa
À Comunidade São Sebastião, Comunidade Santa Luzia do Xiborena, Santo Antônio do
Paracuuba e Bom Jesus.
Ao Núcleo de Socioeconomia, em especial, a Janaína e a Profa. Jozane, que tanto ajudou na
concepção deste projeto de pesquisa;
A todos os amigos que direta ou indiretamente contribuíram e que cometo o erro de ocultar
meus sinceros agradecimentos.*

RESUMO

A extensão territorial do Brasil e as particularidades de cada estado brasileiro na agricultura familiar são grandes, com o intuito de melhorar não só a produção agrícola, como também questões sociais no meio rural, vários programas do Governo foram criados com a missão de dar oportunidades aos agricultores familiares de todo o Brasil. A constituição de territórios rurais surge como referência para uma estratégia de apoio ao desenvolvimento rural, justifica-se, entre outros motivos, porque a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento e, por outro lado, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e especificidades locais. Uma reflexão é feita então com a diversidade cultural e geográfica desses territórios, o interesse aqui, é que ocorra uma discussão maior sobre as políticas territoriais na Amazônia e seus reflexos na agricultura familiar. Nesse sentido, centra-se a análise no município de Iranduba, especificamente a Comunidade Santa Luzia do Baixio como objeto-piloto, sendo partícipe do Território Rural Manaus e Entorno que apresenta as suas particularidades e sua inclusão no processo de territorialização no Amazonas. As políticas públicas que estão dentro do município, seus agricultores, a esfera política local são um dos meios com o qual é possível analisar se o projeto do Governo Federal está sendo realizado. Analisar o Programa Territórios da Cidadania não é uma tarefa fácil. O Programa divide-se em várias formas, em vários atores e acaba criando um emaranhado de possibilidades que na maior parte das vezes acaba confundindo as relações e os sujeitos, tais como com quem é responsável pelo o quê. Contudo, fazendo recortes desse Programa e analisando-o a partir do município de Iranduba foi possível concluir que as Políticas Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário não conseguem chegar aos agricultores familiares do município de Iranduba. Os dois únicos projetos que são do Projeto da Cidadania via MDA não foram efetivados e não mostraram resultados satisfatórios. Esta pesquisa está vinculada ao projeto maior *Territórios Rurais do Baixo Amazonas e Entorno de Manaus: Gestão Social para o Desenvolvimento Rural Sustentável* (Processo nº 554423/2010-3 CNPq) em desenvolvimento no Núcleo de Socioeconomia.

Palavras-chave: Territórios Rurais, Desenvolvimento Rural, Comunidades ribeirinhas, Comunidade Santa Luzia do Baixio, Iranduba.

LISTA DE SIGLAS

UFAM	Universidade Federal do Amazonas
NUSEC	Núcleo de Socioeconomia
SEPROR	Secretaria de Estado da Produção Rural
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
CAI	Célula de Acompanhamento e Informação
SGE	Sistema de Gestão Estratégica
ICV	Índice de Condição de Vida
PIATAM	Inteligência Socioambiental Estratégica da Indústria de Petróleo na Amazônia
SEMPA	Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento de Iranduba
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEPAQ	Secretaria de Pesca e Aquicultura
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
CIAT	Comissão de Implantação Ações Territoriais
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana
PRONAT	Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
ZFM	Zona Franca de Manaus
ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	Entrevista com presidente da Associação Comunitária Santa Luzia	11
Figura 02:	Área de Estudo: o Território Manaus e Entorno	29
Figura 03:	Território da Cidadania Manaus e Entorno: divisão por polos	30
Figura 04:	Mapa de localização de Iranduba	34
Figura 05:	Comunidade Santa Luzia do Baixio, Iranduba	47
Figura 06:	Casa onde era celebrada as novenas – Com. Santa Luzia do Baixio	53
Figura 07:	Faixa etária dos agricultores familiares	71
Figura 08:	Fatores de Desenvolvimento	72
Figura 09:	Características de Desenvolvimento	73
Figura 10:	Efeitos de Desenvolvimento	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Metodologia	11
1.1.1 Entrevista semiestruturada	11
1.1.2 Observação Participante	12
1.2 O percurso dos rios e da pesquisa	
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 O (Des)envolvimento dos Territórios Rurais	16
2.1.1 Territórios Rurais no Amazonas	17
2.2 Política de Desenvolvimento Rural para a Agricultura Familiar	21
2.3 Entraves da ausência da Cadeia Produtiva no Amazonas	24
2.4 Organização Social: a especificidade das comunidades ribeirinhas	25
3 DESENVOLVIMENTO	29
3.1 Área de Estudo: o Território Rural Manaus e Entorno	29
3.2 O município de Iranduba como <i>lócus</i> de pesquisa	34
3.3 A Comunidade de São Sebastião - a experiência em terra firme	40
3.3.1 A (in)sustentável associação e o mal-estar comunitário	45
3.4 A Comunidade de Santa Luzia do Baixio – a várzea	47
3.4.1 As Organizações Sociais	50
3.4.2 A Comunidade	51
3.4.3 A Associação Comunitária Santa Luzia	55
3.4.4 Grupo de Mulheres	57
3.4.5 Outras alternativas para o desenvolvimento local: as festas	58
3.5 A produção das comunidades rurais no município de Iranduba	60
3.6 Índice de Condição de Vida no Território Rural Manaus e Entorno	68
3.6.1 Faixa etária dos camponeses amazônicos	71
3.6.2 Fatores de Desenvolvimento	72
4 PARA NÃO CONCLUIR OU ENTENDA DISTO O QUE QUISE	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
PORTIFÓLIO FOTOGRÁFICO	
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

A extensão territorial do Brasil e as particularidades de cada estado brasileiro na agricultura familiar são grandes, com o intuito de melhorar não só a produção agrícola, como também questões sociais no meio rural, vários programas do Governo foram criados com a missão de dar oportunidades aos agricultores familiares de todo o Brasil. Desses programas poderíamos citar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF, 1996), o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT, 2003) e atualmente os programas Territórios Rurais e Territórios da Cidadania criados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que tem como base a identidade e território para a criação de novas políticas para a agricultura familiar.

Nesse contexto, e de acordo com o Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005), a constituição de territórios rurais, como referência para uma estratégia de apoio ao desenvolvimento rural, justifica-se, entre outros motivos, porque a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento e, por outro lado, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e especificidades locais. No Estado do Amazonas esse argumento é ainda mais relevante tendo em vista as dimensões territoriais do estado e as diferenças que existem entre os diversos municípios no acesso às políticas públicas.

Sendo assim, foi criado o Território Rural Manaus e Entorno constituído por treze municípios, sendo o município de Iranduba partícipe desse território. A definição de território

para o Ministério do Desenvolvimento Agrário baseia-se basicamente por questões de cultura, identidade, especificidades: [...] *define-se território como a dimensão política do espaço – reconhecido e identificado – como unidade da gestão política que o distingue e a ele atribui existência, de certa forma, institucionalizada* [...] (PERICO, 2009, p. 26).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) crê que os municípios partícipes desse território tenham algo em comum na agricultura familiar, e juntamente com a esfera pública – sendo ela por parte dos conselhos municipais, colegiado territorial e por meio da própria sociedade civil – criem uma esfera de território em que seja possível o crescimento conjunto dos territórios rurais.

O município de Iranduba sendo partícipe do Território Rural Manaus e Entorno mostra-nos as suas particularidades e como ele está incluído nesse processo de territorialização no Amazonas. As políticas públicas que estão dentro do município, seus agricultores, a esfera política local são um dos meios com o qual é possível analisar se o projeto do Governo Federal está sendo realizado.

A efetividade dessas práticas políticas e da territorialização do Brasil por meios programas do Governo Federal vem de muitos anos atrás. Segundo Perico (2009) as adaptações do governo brasileiro sobre a territorialidade brasileira abriu um leque de novas ações, como se houvesse um “redescobrimto” do Brasil e suas diversas identidades.

Tendo em vista que esses territórios são conquistas organizados e comandados por órgãos e pela própria sociedade civil, é de acreditar-se que o território que é imposto pelo Governo Federal crie uma certa identidade, já que por conta de vários agentes e sujeitos que estão integrados no território.

Assim no território existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, no em com o lugar e com outros lugares e pessoas e identidades. Os elementos basilares do território, ou seja, as redes

de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (HAESBAERT, 1997, p. 76).

A constituição dos Territórios da Identidade pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na abordagem rural é de importância relevante para o Amazonas. Porém, a de pensar quais são os pontos relevantes para a análise desse território e sua dimensão geográfica extensa. As relações de força no território tentarão ser evidências a partir do município de Iranduba e sua particularidade. Sendo que não será possível olhar somente para a esfera pública que faz ou tenta realizar trabalhos significativos, mas também, a de se analisar os que recebem ou deveriam receber os resultados desse programa que são os agricultores familiares, que estão na ponta deste projeto.

Segundo Witkoski (2010) o camponês amazônico constrói seu território por meio da extensão da terra, água e floresta; onde esses habitantes exploram ricos habitats diferenciando-se de outras regiões brasileiras.

Uma reflexão é feita então com a diversidade cultural e geográfica desses territórios, o interesse aqui, é que ocorra uma discussão maior sobre as políticas territoriais na Amazônia e seus reflexos na agricultura familiar.

Alicersados nesse aparato teórico objetiva-se evidenciar os traços configurativos do Território de Manaus e Entorno – a partir do Município de Iranduba – considerando sua dinâmica territorial. A partir de: 1) Identificação as principais cadeias produtivas da agricultura familiar que tem promovido o desenvolvimento local; 2) Mapeamento das organizações sociais locais comprometidas com a elaboração/efetivação de projetos sociais visando o desenvolvimento local; e 3) Evidenciação através dos Índices de Condições de Vida (ICV) a efetividade do desenvolvimento das populações locais do Território Rural de Manaus e Entorno.

1.1 METODOLOGIA

A pesquisa sociológica clássica foi escolhida para a realização da pesquisa, sendo usado também o método da observação participativa. Segundo Oliveira (1998) é preciso apreender os fenômenos sociais, tematizando-os e em seguida questionando-os. Além do que atos cognitivos – como o olhar, ouvir, escrever – tornam-se disciplinados dentro da pesquisa, o que é relevante para o pesquisador. Sendo assim, para a efetividade da pesquisa trabalharemos com os seguintes técnicas de coleta de dados:

1.1.1 Entrevista semiestruturada

O método de entrevistas serão as semiestruturadas. Serão respondidas perguntas que respondam os objetivos específicos. Para Thiollent (1982) as entrevistas não-diretivas buscam com que o entrevistado sinta-se à vontade em comentar o assunto que está lhe sendo dirigido, e assim, é possível obter mais dados *no processo de investigação, o objetivo da entrevista não-diretiva consiste em captar as identificações através da fala dos indivíduos, mediante a superação de censuras que nelas se manifestam* (p. 85).



Figura 01: Entrevista com presidente da Associação Comunitária Santa Luzia.
Foto: Juliana Alves. 2012.

1.1.2 Observação Participante

A observação participante será usada para a interação dos grupos que hão de ser pesquisados. É de suma importância para que seja possível a maior compreensão das relações dos órgãos políticos e sua dinâmica com os outros setores, como a sociedade civil, até os agricultores familiares. Em Haguette (2000), a observação participante constitui uma prática de pesquisa onde o meio pesquisado modifica-se, na medida em que o pesquisador se envolve com problemas encontrados no seu *locus* de pesquisa, interferindo, de modo relativo, na decisão e resolução dos problemas sociais investigados.

Também será usada o Sistema de Gestão Estratégica (SGE) que é uma ferramenta criada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). O objetivo do sistema é:

- » Promover e facilitar o acesso a informações que subsidiem a gestão territorial;
- » Realizar avaliação da gestão, de resultados e de impactos da política;
- » Disponibilizar instrumentos para melhorar a participação, a qualidade dos investimentos públicos e o controle social. (BRASIL, 2011)

Do sistema serão analisados dados do Índice de Condição de Vida (ICV) que foi um questionário aplicado em 10 municípios do Território Rural Manaus e Entorno no ano de 2011. Dentre os municípios que foram aplicados os questionários estão: Manaus, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Rio Preto da Eva, Iranduba, Manaquiri, Careiro da Várzea, Autazes, Careiro Castanho. Aqui nos interessa analisar os dados do município de Iranduba.

A Célula de Acompanhamento e Informação (CAI) do Território Manaus e Entorno também será de ajuda expressiva para o andamento das pesquisas, já que tem dados significativos do Território Rural Manaus e Entorno. A CAI tem como objetivo, “a coleta de

informações , o apoio aos trabalhos do Colegiado¹ e no desenvolvimento de estratégias para a comunicação de novos conhecimentos sobre as realidades territoriais.” Levando em conta que no Amazonas existem somente duas Células de Acompanhamento e Informação que estão ligadas ao Núcleo de Socioeconomia (NUSEC) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

1.2 O PERCURSO DOS RIOS E DA PESQUISA

Há um ano eu tinha pouco contato com a vida rural e também com as políticas públicas voltadas à agricultura familiar. O projeto *Territórios Rurais do Baixo Amazonas e Entorno de Manaus: Gestão Social para o Desenvolvimento Rural Sustentável* (Processo nº 554423/2010-3 CNPq) desenvolvido pelo Núcleo de Socioeconomia coordenados pelo Profº Drº Antônio Carlos Witkoski e Profª Drª Therezinha J. P. Fraxe abriram portas para a minha inserção no mundo rural.

No início é difícil entender toda a complexa política territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e também a cultura caboclo-ribeirinha.

Visitei praticamente todos os municípios do Território Manaus e Entorno, até onde a minha memória recorda, visitei Iranduba, Itacoatiara, Autazes, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Careiro de Várzea, Careiro Castanho, Manaquiri. Dentre esses municípios só visitei zonas rurais de Iranduba, Manaquiri, Rio Preto da Eva, Itacoatiara. E mesmo visitando as sedes das cidades amazônicas, é difícil você chegar até lá. Por exemplo, para chegar à sede de Autazes, que fica a pouco mais de 113 km de Manaus é necessário atravessarmos para o Careiro da Várzea (ou seja, atravessa o Rio Negro e Solimões) chegando ao Careiro ainda temos que ficar cerca de uma hora à uma hora e meia dentro de uma van até um pequeno

¹ Colegiado Territorial é uma organização formada tanto pela sociedade civil quanto por gestores públicos, onde o objetivo do colegiado territorial é a participação de todos. É um dos eixos centrais da gestão territorial. (PERICO, 2009)

porto onde ficam vários botes esperando a quantidade certa de passageiros para sair, e então, depois de rodear uma ilha, chegamos ao município de Autazes.

Essas dificuldades fazem com que a pesquisa se torne difícil. Porém, cada vez mais interessante. Quando participei da aplicação dos questionários do Índice de Condição de Vida e passei uma semana visitando 4 cidades e mais algumas dezenas de comunidades rurais, nós tínhamos que caminhar tanto por terra quanto por água. Há casas tão afastadas em alguns municípios que certa vez saímos às 5 da manhã de nosso barco para procurar casas para aplicar os questionários. A imensidão simbólica e geográfica do Amazonas às vezes no sufoca e ao mesmo tempo encanta.

Quando decidi realizar a pesquisa no município de Iranduba sobre o projeto Territórios da Cidadania, eu percebi que era um dos municípios mais perto da cidade de Manaus que está a cerca de 22 quilômetros via estrada AM-070 e da ponte do Rio Negro. O município passava então por transformações como a interligação por malha viária da ponte Rio Negro e então seria interessante analisar as transformações ocorridas na agricultura familiar com a chegada da ponte. Porém, o campo sempre modifica os nossos objetivos e o que nós pretendemos fazer, além de colocar limites do que podemos fazer ou não.

A comunidade na qual decidi realizar a pesquisa foi a comunidade de Santa Luzia do Baixio. Comunidade que está situada na ilha do Baixio no Rio Solimões. Essa comunidade é atendida pelo Núcleo de Socioeconomia com alguns projetos sociais e agrários, e então, seria mais fácil de chegar à comunidade. Porém, para se chegar às comunidades de várzea, nem sempre é fácil. A cheia desse ano de 2012 me ajudou e ao mesmo tempo me atrapalhou, e muito. Para se chegar à comunidade, ao menos quando não está tão cheio, é possível atravessar de Manaus a Iranduba (via ponte) e ir até a estrada da várzea (que é de barro e muito irregular) e depois parar em algum lugar para pegar um bote até a comunidade (porque

o rio já estava na enchente e a ponte na qual deveríamos passar estava coberta por águas) e, finalmente, depois de alguns minutos chegamos à comunidade. Os meios de transporte se modificam conforme a enchente/cheia e vazante/seca. No tempo da seca é possível ir até a comunidade de carro, já que o Paraná seca. E no tempo da cheia é impossível ir de carro até lá (a não ser que você tenha um carro do Batman) e só é possível com barco.

Nos tempos finais dessa pesquisa eu tive que visitar a comunidade de Santa Luzia do Baixo, certa vez eu fui com alguns alunos de mestrado e a Prof^a Dr^a Kátia Schweickardt (Departamento de Ciências Sociais/UFAM) e tivemos que ir de barco até a comunidade saindo do Porto de São Raimundo, em Manaus. A comunidade já passava por alguns problemas com a enchente. Passado algum tempo, tive que realizar outra visita à comunidade, porém, ela foi frustrada pela maior cheia histórica do Amazonas. Eu e minha amiga geógrafa Juliana Araújo passaríamos três dias nessa comunidade para concluir alguns objetivos da pesquisa, porém, foi impossível devido a situação de calamidade que os comunitários se encontravam decorrente da cheia. Tempos depois com o auxílio do Prof^o Dr^o Antônio Carlos conseguimos ficar um dia na comunidade e realizar as entrevistas necessárias para concluir a pesquisa. O interessante são as imagens que temos das comunidades rurais com a cheia e como ela influencia tanto na nossa vida – de quem mora na capital – e mais ainda daqueles que são cercados por águas de trabalho. A solidariedade que vi na comunidade de Santa Luzia do Baixo foi impressionante, mesmo com pouco espaço dentro de suas casas, vários moradores faziam alocações para outras famílias nas casas que não foram atingidas pela enchente, vi também barcos que passavam a alta velocidade e que faziam banzeiros que batiam nos assoalhos das casas. Ainda assim, meu caminho entre as águas, a terra, foi cumprido, mesmo assim, não quero abandonar nada daquilo que visitei, porque o erro de qualquer pesquisador é extrair o seu objetivo e não retribuir aquilo que foi dado de tão boa vontade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O (Des)envolvimento dos Territórios Rurais

A constituição de territórios é complexa. Trata-se não somente de pessoas que ali vivem, mas também do envolvimento das mesmas com a terra etc. Segundo Morais e Paula (2010) o território é construído de acordo com os sujeitos que ali vivem e suas manifestações fazem com [...] *que o território seja trabalhado na multiplicidade de suas manifestações pois ora a dinâmica econômica é mais importante, ora a política, ora a simbólica* (p. 46).

Ainda em questões de constituição de um território é importante analisar a construção do território para o geógrafo Rogério Haesbaert em *O Mito da Desterritorialização*, onde propõe que o território nas Ciências Sociais tem vários significados dependendo do enfoque que se pretende estabelecer. Por exemplo, a Antropologia destaca a dimensão simbólica do território, já a ciência política as relações de poder, a Economia como fator locacional, base de produção, a Sociologia nas relações sociais e a Psicologia propõe o território como construção da identidade pessoal e até mesmo da subjetividade.

Nas sínteses que Rogério Haesbaert para territórios, ele agrupa as três vertentes básicas:

Política – (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

Cultural – (muitas vezes culturalistas) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produtor de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Econômica (muitas vezes economicistas): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Logo, a constituição de um território pode ser tanto por questões políticas, culturais, econômicas, quanto por questões de identidade. O interessante de analisar, é que a constituição de Territórios Rurais no Amazonas são bem diferentes. Por conta das suas especificidades, da várzea amazônica, da terra firme, os territórios foram divididos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por calhas de rios. A criação dos territórios segundo Perico (2009) pode ser reconhecido por uma “unidade que controlar e interage”. Logo, [...] *pode ser a bacia de um rio, a união de organizações territoriais, um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem definidas.* (p. 26)

2.1.1 Territórios Rurais no Amazonas

A constituição de Territórios Rurais no Estado do Amazonas leva em consideração a calhas dos rios, o que remete a vários questionamentos quanto a sua constituição física. No Amazonas existiam cerca de 6 Territórios Rurais até o ano de 2010 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2011). Esses territórios são:

- Rio Negro da Cidadania Indígena
- Manaus e Entorno
- Baixo Amazonas
- Madeira
- Médio Juruá
- Alto Juruá

É perceptível que 5 territórios tem divisão pela calha dos rios (Rio Negro da Cidadania Indígena, Baixo Amazonas, Madeira, Médio Juruá, Alto Juruá), um deles além de ser definido pela calha do rio, é também identificado pela identidade dos habitantes que vivem no território.

O Território Rio Negro da Cidadania Indígena possui uma área de 295.917,10 km², é composto por três municípios: Barcelos, Santa Izabel do Rio Negro e São Gabriel da

Cachoeira. O território tem população de 80.617 habitantes, sendo que 67% da população é indígena, que são distribuídas em 13 terras indígenas. Os povos indígenas que ali estão são: os Tukano, Baré, Ticuna, Tuyuca, Baniwa, Arapaso, Kuripaco, Desana, Kubeo, Maku, Makuna, Miriti-Tapuya, Piratapuya, Tariano, Wanaco, Werekena, Yanomami (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2009).

Os territórios que são divididos por calhas de rios, como o Madeira, Alto Juruá, Médio Juruá, Baixo Amazonas, tem sua identidade proposta por questões históricas e agrícolas.

No *Território Rural do Madeira* é evidente que a preocupação com as questões históricas do território, e as constantes territorializações foram itens que confirmam a identidade do território. As drogas do sertão eram cobiçadas pelos portugueses, a demanda da borracha, a criação da ferrovia Madeira-Mamoré e os projetos de colonização do regime militar. Atualmente há incentivos do Governo Federal com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que pretende construir usinas hidrelétricas (Jurau e Santo Antônio) que seriam articuladas com às rodovias BR 319 e BR 317 e à Interocêânica dentro do programa Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana – IIRSA. Atualmente o Território Madeira é constituído por 05 municípios do estado do Amazonas: Borba, Novo Aripuanã, Apuí, Manicoré e Humaitá. Possui cerca de 221.036Km², tem uma população de 149.631 habitantes, sendo que 66.841 vivem na área rural. Existem 5.238 agricultores familiares, 11.669 famílias assentadas e 21 terras indígenas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2011).

O *Território Rural do Alto Juruá* está dividido de maneira diferente. Os municípios que fazem parte do territórios são: Eirunepé, Envira, Guajará e Ipixuna. A Comissão de Implantação de Ações Territoriais (CIAT) decidiu organizar o território em: sub-território Médio Juruá – na qual faz parte os municípios de Eirunepé e Envira – e o sub-território do

Alto Juruá que compreende os municípios de Guajará e Ipixuna. O território do Alto Juruá apresenta um baixo grau de integração com o Amazonas, tendo mais conexão com o estado do Acre². O território ocupa uma área de 51.671 km² sendo que 27.723,6 km² estão protegidos por unidades de conservação e áreas indígenas. A população é de cerca de 73.113 habitantes, sendo que 51% da população concentra-se na área Rural (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2006).

O *Território Rural do Médio Juruá* é composto por três municípios: Carauari, Itamarati e Juruá. O território ocupa uma área de 70.752km², há 43.947 habitantes no Território. O território do Médio Juruá guarda 04 unidades de conservação, que são: Reserva Extrativista do Médio Juruá, Reserva Extrativista do Baixo Juruá, Reserva de Desenvolvimento Uacari e Floresta Nacional de Tefé. Além das 04 unidades de conservação existem 04 terras indígenas que são: Rio Biá, Deni, Kumaru do Lago Ualá e Kanamari do Rio Juruá. As unidades de conservação e as terras indígenas representam 40% do território do Médio Juruá. O território tendo essas unidades de conservação e terras indígenas apresenta baixas taxas de desmatamento (INSTITUTO DE TECNOLOGIA, PESQUISA E CULTURA DA AMAZÔNIA, 2010).

O *Território Rural do Baixo Amazonas* é constituído por 07 municípios: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará. O território se estende por uma área de 107.029,60 km². A população do território é de 230.847 habitantes. Há dois assentamentos rurais que tem uma área de 81.237,741 hectares, com capacidade para atender 2.567 famílias, esses assentamentos estão localizados nos municípios de Maués e Parintins. Além dos assentamentos rurais, existem unidades de conservação em escala federal, estadual e municipal; sendo que as categorias dessas unidades de conservação

² Provavelmente por conta da sua localização e fronteira. A distância do território com a capital do Estado do Amazonas – Manaus – também parece ser um dos motivos, já que a distância em linha reta é em média de 1.328,75km.

vão desde unidades de conservação de uso sustentável até terras indígenas. As áreas protegidas são: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Urariá, Parque Estadual Nhamundá, Área de Proteção Ambiental Nhamundá, Floresta de Manués, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã e Floresta Nacional de Pau-Rosa. O território do Baixo Amazonas é um dos territórios que são acompanhados pela Célula de Acompanhamento e Informação (CAI) do Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas³.

A constituição de Territórios Rurais e suas fundamentações teóricas são muitas, porém, por conta das especificidades amazônicas, é preciso que haja um horizonte semântico para a criação de um território, e que as políticas seja implementadas de maneira correta observando as características pertinentes.

Antônio Carlos Witkoski, em *Terras, Florestas e Águas de Trabalho* (2010) revela que os territórios do camponês amazônico não possui fronteiras, sendo que o seu território delimita-se na maioria das vezes por conta da sua propriedade; por conta de ter três principais figuras presentes do seu convívio (terras, águas e florestas de trabalho) o camponês amazônico se desdobra em diversos *habitats*, sendo que a terra pode ser a várzea, a água pode ser considerado um lugar “público” como os lagos e as florestas transformam-no em nômades, por conta de não terem fronteiras.

O território do camponês amazônico além das suas relações sociais, econômicas também é caracterizado pelo imaginário mitológico. O camponês amazônico em contato com seu território, seu ambiente,

[...] sua mistura quase inteira com o mundo natural, faz com que os ciclos da natureza (a riqueza dos cardumes, a proteção dos lagos e florestas, a

³ A célula de Acompanhamento e Informação foi criada especificamente para monitorar os resultados do Território do Baixo Amazonas e do Território Manaus e Entorno. A Célula de Acompanhamento e Informação está vinculada ao Núcleo de Socioeconomia (NUSEC) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM) por meio do projeto maior Territórios Rurais Do Baixo Amazonas e Entorno de Manaus: Gestão Social para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

abundância da próxima caça etc.) seja associadas às explicações mítico/religiosa – o que acaba criando, no campo da subjetividade humana, interdições sobre a melhor maneira de zelar pelo ambiente (WITKOSKI, 2010, p. 126)

É importante analisar que todos os Territórios Rurais que estão dentro do Estado do Amazonas são constituídos de vários fatores, como os indígenas, assentamentos, área de proteção e que todos esses são de fundamental importância para a sua constituição como territórios, seja ele de Identidade ou Rural.

2.2 Política de Desenvolvimento Rural para a Agricultura Familiar

A agricultura no Brasil sempre foi uma das bases econômicas do país desde a colonização dos portugueses até os dias atuais. Dentro desse bojo, a agricultura familiar sempre esteve presente, porém, desestimulada pela monocultura e pelos grandes proprietários de terra ⁴.

Porém, a agricultura familiar sempre tomou espaço na agricultura brasileira, basicamente por agregar vários agentes sociais e fatores sociais que foram relevantes para a história do Brasil. Dentro do próprio Brasil os agricultores familiares são chamados de diferentes formas; caipira no contexto de São Paulo, no nordeste tabaréu, e no norte o caboclo. Essas nomeações despertam o fator pejorativo das palavras e chamam-nos atenção do esquecimento da agricultura familiar na história brasileira,

[...] a maioria de nossos livros de História pouco registrou sobre o papel dos produtores de alimentos na construção do país, sendo o passado contado apenas sob perspectiva da grande agricultura escravista, monocultora e de exportação – o ciclo do açúcar, ciclo da borracha e o ciclo do café exemplificam essa tendência. (ALTAFIN, p. 4)

Dentro do setor acadêmico, várias formas de definições surgiram para a agricultura familiar, porém, por conta do crescimento e da sua importância para a economia nacional, o

⁴ Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, ver Altafin (2007)

Brasil idealizou políticas para a agricultura familiar, e criou uma definição com a lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006,

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

As leis criadas para a definição da agricultura familiar levaram em conta a realidade brasileira do agricultor familiar. Porém, o agricultor familiar no Norte do país que também está sendo beneficiado por essa lei e que, conseqüentemente, tem participação nas políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem suas especificidades que, na maior parte das vezes não são consideradas, e revelam políticas verticalizadas e tecnocráticas. Questões de várzea, terra firme, cheia/enchente, a seca/vazante são alguns dos fatores que em grande parte não são considerados e que fazem com que as políticas públicas destinadas a esses agricultores sejam mal implementadas.

Certamente, há outras definições de agricultores familiares, como foi citado por Altafin (2007) em *Agricultura Familiar no Brasil*, o historiador brasileiro Ciro Flamarion destaca quatro características clássicas do camponês:

1. acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto;
2. trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional;
3. auto-subsistência combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente;
4. certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros.

Com as políticas agrárias na área da agricultura familiar, foi criado em 2007 o programa Territórios da Cidadania onde o principal foco seria a agricultura familiar e a sua produção. Também chamados de Territórios da Identidade, esse programa funcionaria como uma nova maneira de unir vários conceitos como o de identidade, cultura para o pleno funcionamento do programa, como revela Perico (2009, p. 153).

a agricultura familiar e os pequenos produtores constituem características da identidade com forte poder aglutinador dos atores na definição dos territórios de identidade, além de outras organizações que refletem grupos de interesse comunitários, com o principal interesse de encontrar espaços para superar os mecanismos de exclusão ou as barreiras à inclusão, que há em outras estratégias de políticas públicas.

As definições de agricultura familiar são extensas, porém, nossa fundamentação teórica está embasada em questões de cunho histórico com os agricultores familiares, camponeses e sua interligação com a economia brasileira.

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1996, o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) criado em 2003, e finalmente a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Com o aparecimento de todos esses programas, a agricultura familiar ganhou mais políticas. As políticas que agora se desenvolvem são: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) que leva em conta não só a parte do cultivo, mas a cultura, identidade. Esses pontos serão discutidos com mais profundidade no decorrer do desenvolvimento teórico.

2.3 Entraves da ausência da Cadeia Produtiva no Amazonas

Dentro da Agricultura Familiar houve a influencia da modernização agrícola além do interesse do agricultor familiar de produzir além da seu próprio consumo, para que pudesse vender o restante para o comércio local.

Segundo Silva (2005, p. 01) uma cadeia produtiva pode ser definida, [...] como um conjunto de elementos (“empresas” ou “sistemas”) que interagem em processo produtivo para oferta de produtos ou serviço ao mercado consumidor.

Dentro desse processo, as cadeias produtivas rurais estão envolvidas com a agroindústria, fortaleceram-se com o passar dos anos. Segundo Wilkinson (2011, p. 34)

[...] O conceito de agroindústria surgiu inicialmente como um elemento para analisar o processo da modernização agrícola fundamentalmente para identificar uma crescente subordinação da agricultura às forças econômicas exógenas à atividade agrícola em si [...].

O fato é que as cadeias produtivas ligadas a agroindústria no Estado do Amazonas são poucas. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a Sepror (Secretaria de Estado da Produção Rural) não tem alternativas para as agroindústrias e, conseqüentemente, as cadeias produtivas. Segundo matéria publicada no Jornal A Crítica, de 6 de agosto de 2011:

A supersafra de abacaxis de Novo Remanso e Vila do Engenho, no município de Itacoatiara (a 257 quilômetros de Manaus), expôs a necessidade de criação de novas agroindústrias no Estado. Com 43 milhões de frutas colhidas, o preço ameaçou chegar a um nível tão baixo que deixaria os produtores com um grande prejuízo.

Levando em consideração o estado das agroindústrias, é importante ser feita uma análise de cadeias produtivas no Território Rural Manaus e Entorno, a partir do município de

Irlanduba, para que seja possível ver quais são os entraves desse modo de produção e como as políticas do governo federal estão sendo usadas para a melhoria da produção.

2.4 Organização Social: a especificidade das comunidades ribeirinhas

Desde tempos remotos, o homem tem necessidade de ter relações pessoais, formar grupos e conviver pacificamente com outras pessoas para que haja maior vínculo significativo e a presença da segurança de ter pessoas compartilhando o mesmo tipo de lugar, ideias etc.

A necessidade de ter relações sociais criou várias formas de organizações sociais que vão desde uma simples comunidade até algo mais complexo, como a sociedade. Dentro de todas as relações sociais há relações de poder.

As organizações sociais surgiram para que indivíduos pudessem pensar de forma conjunta e assim caminhar juntos para um objetivo em comum, dentro da esfera pública, as organizações sociais nada mais é que:

[...] uma forma de propriedade pública não-estatal, constituída pelas associações civis sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientados diretamente para o atendimento do interesse público (MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO, 1998, p. 13).

Outras formas de se organizar e de agir sobre o estado é o principal papel das organizações sociais, sendo que essas organizações tem uma articulação maior com a sociedade civil e assim, com mais influência. A sua autonomia, que é bem maior do que dentro do aparelho estatal, faz com que seja possível a maior descentralização de poder.

É interessante analisar que uma organização social também pode ser uma comunidade. Dentro do Território Rural Manaus e Entorno a organização social mais comum são as

comunidades ribeirinhas. Essas comunidades na maioria das vezes tem limites territoriais pequenos e as atividades ali desenvolvidas são na maioria das vezes por pessoas que tem vínculo muito forte entre si, portanto tem um caráter mais afetivo e emocional. A cultura ali predominante na maioria das vezes é reproduzida por todos os membros desde o nascimento até a morte.

Obviamente com a globalização a inserção das comunidades na era da modernidade líquida⁵ as relações dentro da comunidade se distorceram, até mesmo pelo surgimento de outros tipos de organizações sociais dentro da própria comunidade. Famílias, escolas e igrejas são alguns dos tipos de organizações sociais que podem estar em convívio recíproco e levar a comunidade a um patamar seguro de sociabilidade.

A questão da identidade dos membros da comunidade é revelador para questões da maneira de organização da comunidade. Segundo Bauman (2005, p. 17)

É comum afirmar que as comunidades (às quais as identidades se referem como sendo as entidades que definem) são de dois tipos. Existem comunidades de vida e de destino, cujos membros (segundo a fórmula de Siegfried Kracauer) “vivem juntos numa ligação absoluta e outras que são “fundidas unicamente por idéias ou por uma variedade de princípios”.

Comunidades ribeirinhas parecem estar dentro do primeiro tipo de comunidade, por questões de cultura e que foram explicitadas anteriormente. As comunidades de destino e de vida que Bauman se refere, podem ser aquelas que nascem do fruto de uma tradição, simbólicas, que se reproduzem por décadas. Essas comunidades não deixam-se quebrar por questões da modernidade líquida, onde uma palavra, pessoa pode significar algo em determinada época e depois, não significar nada. A identidade que os agricultores familiares guardam para si durante anos, é a identidade de tradição, onde apesar de todas as propostas

⁵ Zygmunt Bauman, em *Modernidade Líquida*, afirma que na modernidade líquida as relações sociais são voláteis e que não existe mais a estabilidade de amigos, grupos ou política a instabilidade toma conta da modernidade e o indivíduo acaba tornando-se despedaçado.

para a modernização, o agricultor familiar ainda se encaixa na sua própria identidade, o que nos leva a pensar que seriam as comunidades de vida, onde todos estão perto, pensam mais ou menos de uma mesma maneira, plantam, colhem, possuem etnoconhecimento e o destino que propõe que passem tudo para os seus contemporâneos.

E quanto a outras formas de organizações sociais poderíamos lembrar a presença da Igreja como uma das principais organizações sociais em comunidades. Não é difícil notar que a história da maioria das comunidades estão ligadas à fundação de igrejas. Therezinha Fraxe (2010) observa que a comunidade São Francisco tem uma relação forte com a Igreja e a forma de como a mesma ajudou a comunidade a se organizar. A fundação da Igreja na comunidade não só trouxe os moradores – que viviam – em um espaçamento muito grande como, também, estruturou boa parte da comunidade.

Outro tipo de organização social que interessa-nos pesquisar são as associações comunitárias, que em grande parte são comandadas por algumas pessoas que tem o dever de ir aos lugares mais distantes para que consigam algum tipo de informação com órgãos relacionados a agricultura, e também tem a obrigação de melhorar a estrutura da comunidade, e ajuda com materiais para a agricultura. Fraxe (2010, p. 86) revela o funcionamento de uma associação de moradores na Comunidade de São Francisco:

Há também outro tipo de organização que envolve as comunidades trabalhadas, a Associação Comunitária da Costa da Terra Nova. O nome da Associação é São Francisco, a presidente é a Sra. Maria José. [...] Tem a finalidade de contribuir com a melhoria das atividades agro-extrativistas e pecuária da Costa da Terra Nova. A associação já tem como sócios 42 ribeirinhos. Para a inscrição, a Associação cobra um valor de R\$5,00, tendo o associado que pagar mensalmente R\$2,00. Somente os sócios podem utilizar o trator e outros implementos agrícolas existentes na associação. No entanto, apesar de pagarem mensalidade, quando precisam utilizar o trator, a hora é cobrada a R\$10,00 e a motosserra, a diária é R\$5,00.

As organizações sociais além de terem como objetivo ajudar as relações pessoais, também ajudam o agricultor familiar na sua maneira de organização, de produção etc. O vínculo das organizações com a história dos municípios e, atualmente, com as políticas de desenvolvimento territorial trazem uma reflexão sobre o que é preciso para que essas organizações sociais se fortaleçam, por que ainda não se fortaleceram? Essas perguntas podem ser respondidas mais adiante conforme apresentaremos as políticas governamentais que utilizaram o conceito de identidade, de atores sociais e organizações sociais para o desenvolvimento rural sustentável.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Área de Estudo: o Território Rural Manaus e Entorno

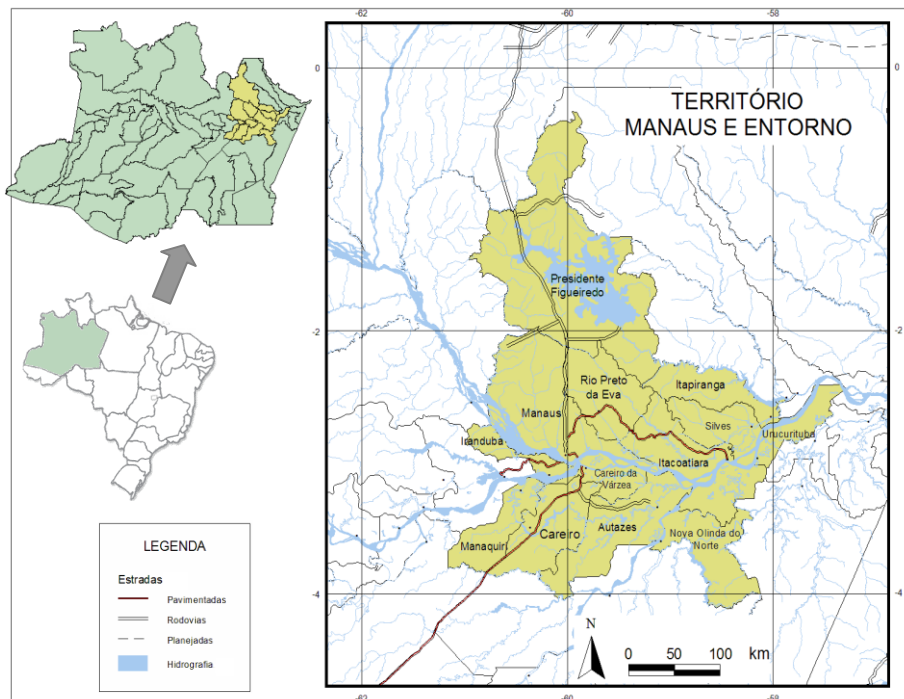


Figura 02: Área de Estudo: O Território Manaus e Entorno

Fonte: PDTRS, 2008.

O Território Rural Manaus e Entorno é dividido em 13 municípios, sendo que divididos em 3 pólos: Polo 1: Manauquiri, Autazes, Careiro da Várzea, Careiro Castanho e Nova Olinda do Norte; Polo 2: Itapiranga, Silves, Itacoatiara e Urucurituba; Pólo 3: Manaus, Iranduba, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo (Figura 03).

Seu território ocupa uma área de 90.536km², o que representa cerca de 5,8% da área total do Estado do Amazonas.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável - Território Rural Manaus e Entorno (2008) os municípios que compõe o território tem uma ligação forte com a cidade de Manaus por conta da sua história. A cidade de Manaus passou por um processo de urbanização acelerada em razão do período áureo da borracha; as regiões habitadas próximo a Manaus eram na maioria das vezes habitadas por etnias indígenas – principalmente os Muras

–. Com a emergência do período de decadência do Ciclo da Borracha, as cidades que haviam se formado próximo a cidade de Manaus, viraram cidades-fantasma e a saída dos imigrantes dessa área, e a vinda de novos habitantes, criaram várias aglomerações onde estavam as maiores unidades produtivas de borracha.

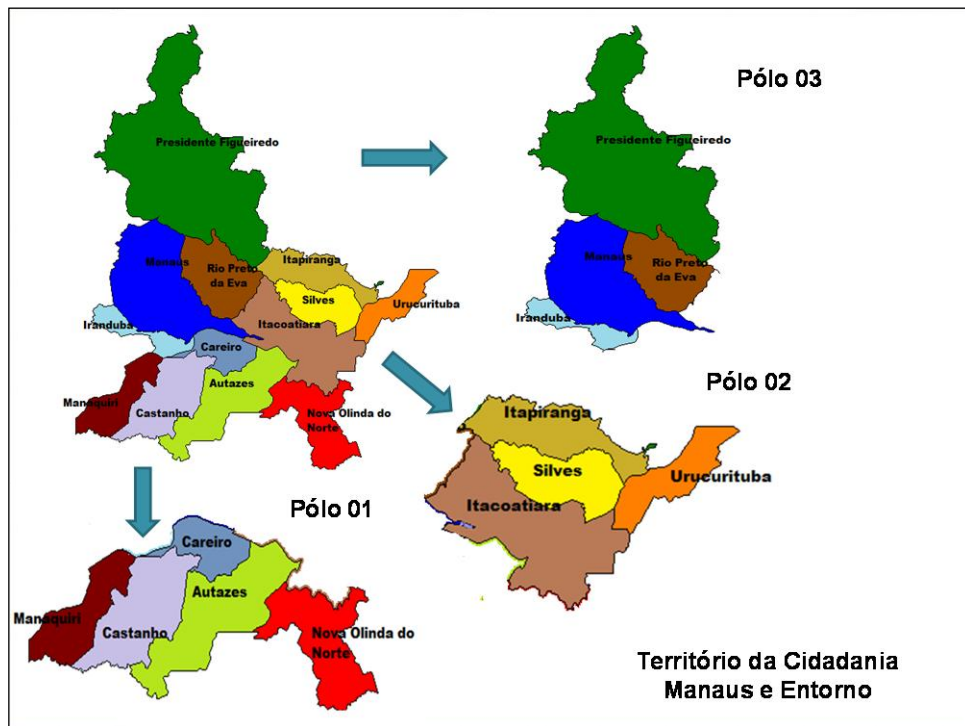


Figura 03: Território da Cidadania Manaus e Entorno: divisão por pólos
Org.: Juliana A. Alves, 2012.

Em meados dos anos 60 com a ditadura militar no Brasil, começaram as Políticas de Integração Nacional com a Amazônia Ocidental, levando a criação da Zona Franca de Manaus pelo Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. O objetivo era a integração da Amazônia e a seguridade das fronteiras brasileiras, e da biodiversidade encontrada. Diante da criação da Zona Franca de Manaus, da construção de rodovias que atendessem a logística das indústrias localizadas em Manaus, algumas cidades que estavam estagnadas desde a decadência do Ciclo da Borracha, começaram a ter maior fluxo migratório e assim, revigoraram-se a partir de novas rodovias que ali passavam, alguns exemplos são: Itacoatiara, Careiro da Várzea e Iranduba.

É possível notar que a Amazônia passou por vários programas de “Integração Nacional”. A agricultura familiar não ficou de fora desses programas de “integração”. No governo de Fernando Henrique Cardoso houve a proposta no documento de 1999 intitulado *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural com Base na Expansão da Agricultura Familiar e sua inserção no Mercado*⁶. Nesse documento a proposta do Governo Federal é incentivar a agricultura familiar, criar um novo tipo de desenvolvimento rural, contrariando até então as políticas do Governo de Fernando Henrique Cardoso, que era do incentivo à monocultura e a exportação.

Antes disso, porém, houve a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pelo decreto Nº 1.946 de 28 de Junho de 1996, onde os agricultores poderiam ter acesso a empréstimos mais facilmente e assim, conseguir alavancar a sua produção. Via de regra, cada agricultor tem que atingir um projeto que pretende realizar, e assim, apresentá-lo para algum Sindicato Rural ou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural para que esses órgãos possam emitir uma declaração com a renda e as atividades realizadas pelo agricultor familiar. As contribuições do Pronaf parecem ser direcionadas basicamente a questões de mecanização da produção. O Pronaf sendo analisado dentro do Território Rural Manaus e Entorno, parece que não pode se concretizar por vários motivos. Um deles seria a baixa capacidade técnica dos agricultores de realizarem projetos para apresentá-los aos órgãos responsáveis e assim, terem acesso a empréstimos; outro motivo seria também a falta de informação e articulação de órgãos que deveriam prestar atendimento aos agricultores familiares.

Em 5 de Abril de 2004 era criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) que é de competência:

⁶ A política de assentamentos rurais do governo Fernando Henrique Cardoso e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XX. (Paulo Roberto R. Alentejano. pag. 7, 2004).

Articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento de regiões onde predominam agricultores (as) familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2011, p.39)

Dentro da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) houve também a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que atuariam na gestão social, e para dar suporte aos programas e projetos que compõem o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Antes mesmo da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) já havia uma discussão para o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). A discussão havia começado nos debates do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CONDRAF)⁷. Após a criação da SDT/MDA as políticas territoriais desenvolvidas pelo Governo Federal foram possíveis com o PRONAT.

Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) criado em 2003 tem como objetivo,

promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais, cuja finalidade seja o incremento sustentável dos níveis de vida da população rural, mediante três eixes estratégicos: organização e fortalecimento dos atores sociais; adoção de princípios de práticas da gestão social; adoção de princípios de práticas da gestão social; e promoção da implementação e interação de políticas públicas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2011, p. 42).

Com a criação do PRONAT houve a criação dos Territórios da Cidadania, muitas vezes chamados de Territórios Rurais ou Territórios da Identidade. Dentro das políticas do MDA/SDT/PRONAT também foi criado em 2008 o Território Rural Manaus e Entorno.

⁷ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT - Balanço de Gestão 2003-2010**

Tantas terminologias acabam tornando confuso o entedimento do Programa. Os Territórios Rurais no Brasil até o ano de 2010, eram 164 territórios, em todos os estados brasileiros, abrangendo cerca de 2.500 municípios, com uma população de cerca de 52,5 milhões de brasileiros. Esses territórios são apoiados com a política do PRONAT.

Já os territórios da Cidadania ou Identidade, são os territórios que tem apoio do Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O objetivo do programa é a superação da “[...] pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, e a geração de trabalho e renda” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2011, p.123).

Até o ano de 2010, esse programa possuía 120 territórios da Cidadania ou Identidade que compreende 1.833 municípios, sendo que como critério, esses municípios tem população inferior ou média de 50.000 habitantes, e não deve passar de 80.000 habitantes.

Vemos então que as políticas no Amazonas foram muitas e continuam até hoje, sendo que o interesse aqui é explorar a dimensão do projeto Território da Cidadania, na qual o município de Iranduba faz parte; sendo a partir dele ser possível analisar as estratégias do Governo Federal para o desenvolvimento rural sustentável.

3.2 O município de Iranduba como *locus* de pesquisa

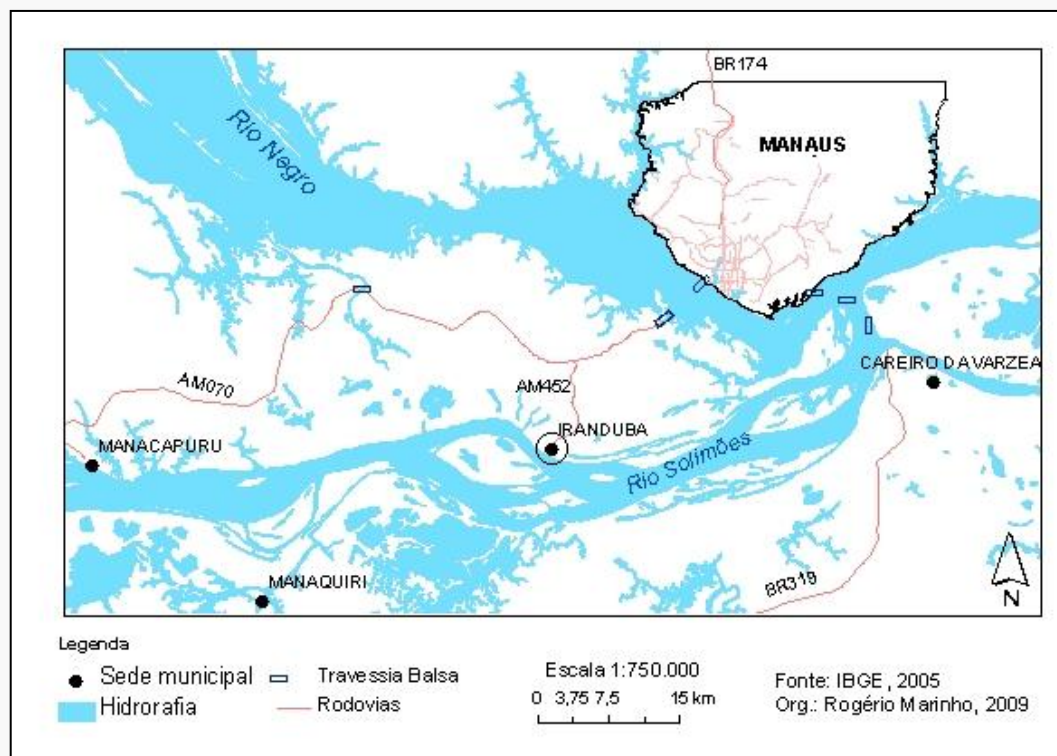


Figura 04: Mapa de localização de Iranduba.
Organização: Rogério Marinho, 2009.

O município de Iranduba tem sua história ligada à capital do Amazonas – Manaus devido ao período áureo da borracha. O município localiza-se na 7ª Região do Rio Negro Solimões. Foi criado em 09 de Abril de 1963 pela lei nº 07, porém, só teve a sua elevação à categoria de município pela Emenda Constitucional nº12 de 10 de Fevereiro de 1981, quando foi finalmente separado dos municípios de Manacapuru e Manaus. A sede localiza-se à margem direita do Rio Negro e a esquerda do Rio Solimões. O gentílico para quem nasce nesse município é Irandubense. A figura 04 apresenta uma densa rede de drenagem, representada por uma faixa de terra inundável. Esta área inundável todos os anos é quase inteiramente alagada na época das cheias corroborando para que materiais em suspensão no rio sejam depositados na planície aluvial, a várzea, permitindo que receba uma camada nova de solo fresco possibilitando a reciclagem dos nutrientes do solo (SIOLI, 1991). Essa faixa inundável denominada de várzea possui solo altamente produtivo durante um período do ano.

Por outro lado, na época de cheia dos rios, essa sazonalidade acarreta em problemas de ordem econômica e social, tais como: o preço da produção se eleva devido às dificuldades do processo produtivo, diminuindo a terra de cultivo e, conseqüentemente, a produtividade.

Em seus aspectos econômicos, a produção agropecuária é relevante. A produção compreende basicamente o cultivo de milho, arroz, mandioca, maracujá, repolho, pepino, alface, couve e tomate. Há também a exploração florestal, que é grande, principalmente a da madeira. Em termos da pecuária é representada especificamente por bovinos. A pesca é abundante no período de maio a novembro.

A cidade de Iranduba é partícipe do Território Rural Manaus e Entorno. Em Maio de 2011 foi realizada a aplicação de questionários do Índice de Condição de Vida (ICV) em comunidades do município de Iranduba. Foram visitadas cerca de três comunidades rurais no município de Iranduba: Bom Jesus, Santa Luzia e Santa Luzia do Baixio; as duas primeiras foram visitadas quando foram aplicados os questionários de Índice de Condição de Vida do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a última foi visitada em pesquisa de campo pelo Núcleo de Socioeconomia, vinculado a Universidade Federal do Amazonas.

Quando se chegava às comunidades percebia-se o cotidiano do ribeirinho: envolvido no processo produtivo. Por mais que estivessem trabalhando sempre deixavam o que estavam fazendo para responder as perguntas do questionário do ICV.

Uma das primeiras perguntas a serem feitas para o agricultor era se ele tinha conhecimento do Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal; quase imediatamente ele respondia que não e logo depois perguntavam: *o que é o programa?*. A indagação sobre o Programa era respondida, o que possibilitava abertura para iniciar a aplicação dos questionários que iam desde *“como está a sua renda familiar?”* até *“como está o acesso aos insumos?”*.

Os agricultores respondiam as perguntas do questionário, possibilitando que fosse traçado um espectro sobre a verdadeira efetivação do projeto do Governo Federal *Territórios da Cidadania*. O projeto que deve atender ao agricultor familiar de variadas formas: escoamento da produção, assistência técnica, constituía-se na prática como um fantasma nas comunidades de Bom Jesus e Santa Luzia. No geral notou-se um desconhecimento geral do Programa.

Dentro da comunidade de Bom Jesus existem 65 famílias⁸ e na comunidade de Santa Luzia existem 42 casas sendo que nessas casas, na maioria das vezes, existem mais de uma família residindo.

A aplicação dos questionários revelou aspectos significativos sobre as comunidades, principalmente, quanto a sua relação com a sede e outras cidades próximas: as duas comunidades são mais interligadas a Manaus do que ao próprio município de Iranduba. Os moradores na maioria das vezes colhem a sua produção e vendem diretamente ao marreteiro⁹ que vai até as feiras de Manaus para vender o produto. No geral a relação com o marreteiro/atravessador é dúbia estes compram o produto diretamente nas comunidades por um valor, significativamente, mais baixo e são esses sujeitos que realizam a intermediação entre a produção, realizam a sua circulação e são responsáveis pelo produto no mercado final. Geralmente, os atravessadores estão estendendo seu raio de influência. A feira, antes local de exposição e venda dos produtos oriundos da agricultura, vendidos pelos próprios agricultores,

⁸ As informações descritas aqui são de uma viagem realizada pela Célula de Acompanhamento e Informação (CAI) do Território Rural Manaus e Entorno. No dia 17 de Maio de 2011 e no dia 18 de Maio de 2011 foram aplicados os questionários do Índice de Condição de Vida (ICV) nas comunidades. Essas comunidades foram delimitadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As informações são de um caderno de campo que contém informações sobre as famílias que visitamos.

⁹ Marreteiro é um comerciante que compra a produção dos agricultores e leva até as feiras mais próximas. Esse comércio na maioria das vezes é essencial para os agricultores que não possuem nenhum meio de transporte para sair de sua localidade até a feira mais próxima. O termo marreteiro também é reconhecido na literatura específica como atravessador, utiliza-se em alguns momentos a terminologia marreteiro por ser a utilizada pelos próprios agricultores.

estão sendo ocupadas pelos atravessadores, que além de interceptar o processo na sua base estão predominando o domínio no mercado final.

As duas comunidades se relacionam por dois fatores principais: a escola e a igreja. A comunidade de Bom Jesus não tem nenhuma escola, então, os estudantes têm que ir até a escola na Comunidade de Santa Luzia. Na comunidade de Bom Jesus surgiu uma relação social complexa relacionada a presença das igrejas. A comunidade tinha uma Igreja Católica Apostólica Romana, posteriormente, surgiu sede da Igreja Assembléia de Deus. Com o surgimento da Assembléia de Deus alguns moradores acabaram estendendo suas crenças religiosas para outras esferas sociais. Alguns vão para a Igreja Católica, outros para a Igreja Assembléia de Deus; a comunidade tem uma associação, que até o registro da pesquisa, era presidida por Dona Val (moradora da comunidade e agricultora), que era da Igreja Católica, outros membros da comunidade que são “evangélicos” não querem que a comunidade seja presidida por um membro da Igreja Católica e querem a retirada da presidente pela sua vinculação religiosa. A complexidade das crenças religiosas de seus membros corroborou para a possibilidade de dividir a associação, o que refletiria em outras esferas e no limite na divisão da própria comunidade.

A comunidade de Santa Luzia possui apenas uma Igreja Assembléia de Deus onde fica próximo a escola e ao campo de futebol. Ao contrário da comunidade de Bom Jesus, a comunidade de Santa Luzia carece de uma associação, os moradores salientavam – durante a aplicação do questionário – que a comunidade tem uma associação, seus membros realizam pagamento mensal de R\$2,00, porém, não recebem nenhum tipo de benefício.

Os principais produtos cultivados são Pepino e Feijão de Corda. Os principais problemas constatados na comunidade são relativos à saúde e a assistência técnica. Quanto à

saúde, as duas comunidades recebem a visita de médicos da família¹⁰, o que ocorre ocasionalmente; segundo os moradores, os médicos da família passam para receber assinaturas, porém, demoram muito a voltar. Quando algum morador fica doente, acaba tendo que ir a Manaus para conseguir cuidados médicos, devido a precariedade dos serviços de saúde prestados tanto nas comunidades como na sede municipal.

A assistência técnica dos órgãos responsáveis: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) é precária. Os moradores ressaltam que a assistência técnica esbarra no seu estágio inicial, ou seja, na burocracia e, quando este é superado, a prestação do serviço não pode ser realizada, pois as instituições não dispõem de equipamentos e nem de recursos humanos suficientes para atender o grande número de Comunidades Rurais.

Na Comunidade de Bom Jesus, situada no Paraná do Xiborena, os moradores reclamam de “turistas” que vem de Manaus para a comunidade e despejam resíduos sólidos no Paraná, além da poluição sonora, fato que incomoda os moradores.

É perceptível nas comunidades visitadas que os Programas Territórios Rurais e Territórios da Cidadania não são conhecidos pelos seus moradores. As políticas que deveriam ser aplicadas para alavancar a agricultura familiar não chegaram à comunidade. Os agricultores vivem em sua cultura e dependem mais ou menos de fatores como a venda da produção nas feiras da capital do Estado do Amazonas. As próprias associações que são responsáveis para obter informações quanto a projetos ou políticas desconhecem o Programa.

Os agricultores vivem dos recursos comuns do território de onde eles tiram o que precisam, e mesmo com todas as dificuldades, acabam respondendo os questionamentos como positivos.

¹⁰ Médicos da Família são aqueles que na maioria das vezes tem a sua especialidade em Medicina Geral ou Familiar, trabalhando na maioria das vezes em questões de cuidados primários da saúde.

Meses depois de fazer o questionário de Índice de Condição de Vida, houve a aplicação de outros questionários do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O questionário mais importante para ver a aplicação do Programa Territórios da Cidadania no município de Iranduba seria o de Avaliação de Projetos – questionário de 14 páginas que tem perguntas referentes aos projetos alocados nos municípios e financiados com recursos do Programa, dentre os aspectos de sua relevância, o questionário analisa o grau de participação/envolvimento da sociedade civil, o status de funcionamento do equipamento/obra etc¹¹. Dentro dessa informação poderíamos fazer vários questionamentos. Onde estão os recursos? A esfera política do município está organizada?

Dentro desse cenário apresentado nas comunidades de Santa Luzia e Bom Jesus, a resposta seria que as políticas do programa Territórios da Cidadania não atingiram ambas. As duas comunidades ainda escoam sua produção por meio dos marreteiros ou atravessadores que levam seus produtos até a cidade de Manaus para serem vendidos nas feiras. Se não por meio dos marreteiros, os agricultores tem o seu próprio transporte e acabam tendo uma alternativa para levar os produtos para serem vendidos nas feiras. Como a comunidade está situada próximo à sede do município de Iranduba há facilidade de acesso aos centros urbanos próximos, como a própria sede Iranduba e a capital do Estado do Amazonas, Manaus.

Além dessa comunidade, a Ilha do Baixo como é conhecida, se situam mais duas comunidades: Nova Aliança e São Francisco. No caso desta pesquisa, a análise centrou-se apenas na comunidade: Santa Luzia do Baixo (Figura 04)

O que é perceptível é que os agricultores acabam tendo que adquirir alternativas para o escoamento da produção, principalmente, nessas duas comunidades. Tendo em vista a dificuldade do Programa de chegar até os agricultores e o desconhecimento do mesmo,

¹¹ Documento Relatório Analítico de Avaliação de Projetos – Território Manaus e Entorno, 2012, em anexo trecho relativo à avaliação dos projetos alocados no município de Iranduba.

acabam formando-se outras maneiras de se organizarem e conseguem com seus próprios esforços que a comunidade seja sustentável.

3.3 A comunidade de São Sebastião – A experiência em Terra Firme

Chega-se as comunidades da Amazônia de 2 formas: pelos rios ou pela estrada. Da mesma forma, elas se assentam sobre dois ecossistemas: várzea e de terra firme. A Comunidade São Sebastião, situada no km 6 da Rodovia Manoel Urbano no município de Iranduba, em nada ou em muito pouco difere das demais comunidades de terra firme da Amazônia. Ao horizonte a estrada, no plano do visível um pequeno ramal, o carro levanta a poeira, assim como, a curiosidade das crianças. Ao adentrar no ramal a paisagem é tomada pela presença de algumas casas – em construção ou em estilo rústico – e não tardou para se chegar ao “centro” da comunidade. Para aqueles que conhecem alguma comunidade ribeirinha, tem conhecimento de que o seu “centro” é constituído pela escola e a igreja; a Comunidade São Sebastião não difere, a escola ocupa lugar central na espacialidade da comunidade, ela é uma típica escola de comunidade a maioria das salas, distintas da lógica das escolas da cidade, não possuem ar-condicionado (com exceção de duas) e apresenta cinco salas. A história da escola vem desde o ano de 1998 onde foi construída em alvenaria pela prefeitura de Iranduba e, posteriormente, reformada em 2008 pela Petrobras, devido o Projeto da Província Petrolífera do Gás de Urucu. A estrutura da escola dispõe de cinco salas, biblioteca, cantina, cozinha e horta. As crianças atendidas pela escola oriundas da comunidade de São Sebastião e de São Francisco as crianças, jovens são trazidas diariamente para aula por meio de uma condução escolar. A Igreja Católica está localizada em frente à escola sua representatividade é simplória, ao seu lado localiza-se o centro comunitário.

Logo pela manhã conversamos com a pedagoga da escola que forneceu informações relativas às atividades realizadas pela escola na comunidade. Primeiramente Esaldira Maria relatou que os projetos do Governo Federal executados pela escola é o “mais educação”¹² e o Programa de Desenvolvimento da Escola – PDE¹³. As atividades desenvolvidas pela escola são atividades mensais realizadas pelos alunos e tem o comparecimento da comunidade. Essas atividades são regidas por calendário e a maioria é relacionada com datas comemorativas, tais como o dia das mães ou a páscoa, onde se fazem homenagens e algumas reflexões acerca de alguns temas relevantes. A pedagoga, diretora da escola e a maioria dos professores moram na sede do município de Iranduba e não tem vínculo com a comunidade de São Sebastião.

Pela manhã ainda conversamos com a moradora Maria Luíza que explica sobre a estrutura da comunidade. Dona Luíza juntamente com a professora Rosângela esclarecem alguns pontos quanto à organização. Primeiramente o foco foi a Igreja Católica da comunidade; dona Luíza é catequista e seu esposo chamado Marcirio da Silva Miranda é Ministro da Igreja Católica, o coordenador da Igreja é o senhor Emanuel Farias da Silva, e há também 6 catequistas e 2 coroinhas. A Igreja em alguns períodos manda seus membros para cursos de formação na sede de Iranduba, na Igreja de São João – onde o padre João – juntamente com as irmãs da Caridade fazem o trabalho de “extensão” com os grupos comunitários. Dentro da Igreja Católica funcionam ainda o Grupo de Jovens, Grupo de

¹² O programa “Mais Educação” foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e tem como objetivo de aumento de oferta de atividades optativas em escolas públicas por meio de vários temas tais como: meio ambiente, lazer, esporte, direitos humanos, cultura e artes. Esse programa foi desenvolvido a partir dos resultados da prova Brasil 2005 onde foi considerado o “Índice Efeito Escola” – IEE que cruzam os dados dos estudantes com informações socioeconômicas dos municípios. As escolas que recebem esse benefício são as que possuem baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e para o cumprimento do programa o Governo Federal ressarcimentos para monitores e para compras de instrumentos musicais, rádios etc.

¹³ O Programa de Desenvolvimento da Escola – PDE é realizado pelo Governo Federal e foi instituído pela Lei Normativa MEC nº 27/2007 que propõe desenvolver ações que melhorem os resultados escolares, o apoio técnico e financeiro. Esse programa é efetivado a partir dos dados do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle – SIMEC. Esse programa tem três etapas nas quais a escola primeiramente faz um diagnóstico da escola, posteriormente uma síntese do diagnóstico da escola, e por fim, o plano de ação a escola. Todos tem que ser enviados para o SIMEC. Logo após aprovados os recursos são mandados para escola que desenvolvem os planos de ação.

Liturgia, Catequese e o Grupo de Batismo. Segundo a moradora, esses grupos são muito esvaziados, por dois motivos: o pouco interesse da comunidade pelos grupos, e por conta da alta rotatividade dos moradores da comunidade (tema que será explorado posteriormente). As atividades da Igreja são realizadas aos domingos e alguns cultos extraordinários. Posteriormente, a moradora e a professora Rosângela, tentaram reconstituir a história da Associação da Comunidade – que confunde-se com a presidência da comunidade – e definiram alguns anos para a formação da associação. Segundo essas informações, a comunidade teve a sua associação regularizada no ano de 2001 na gestão do presidente da comunidade Evandro e já passou por três gestões (Eliezer, Ana Cleide, Jorge Oliveira) e, atualmente, está na gestão da senhora Apolônia. Segundo as moradoras, a comunidade só teve benefícios na gestão de Evandro, com a construção da escola e o centro comunitário; as outras administrações foram defasadas e, praticamente, não contribuíram para o desenvolvimento da comunidade. A taxa de contribuição é de 1% do salário mínimo, ou seja, é de R\$6,00; essa taxa é acumulada para o pagamento da contadora (R\$100,00 por mês). Porém, a associação passa por uma “crise” na qual deve pouco mais de sete mil reais para receita federal para se regularizar novamente. Esse dinheiro não é acumulado pela falta de participação dos associados, segundo a moradora Luíza, em 2007, a associação contava com pouco mais de 76 participantes, e atualmente participam pouco mais de 50 e muitos não pagam a taxa de contribuição para comunidade. Contudo, essa falta de interesse dos comunitários se reflete também por conta da “invasão” que surgiu após a cheia de 2009. Por conta dos novos moradores, ficou bem difícil incorporá-los à comunidade, já que não possuem produção, e grande parte recebe auxílio do programa Bolsa Família e, também, está em constante mudança para outros lugares. É perceptível que há várias casas de alvenaria ao lado esquerdo da comunidade e que muitas têm placa de venda. Esse processo de “invasões” que parecem

ser somente um problema de planejamento que assola o urbano estende-se ao rural. Segundo Maricato (2012) a invasão é

Parte integrante do processo de urbanização no país. Gilberto Freire se refere a ela como prática de 100 anos atrás. A novidade recente, que vem dos anos 80, é que as invasões começam a se transformar: de ocupações gradativas, resultado de ações individuais familiares, para ganhar um sentido massivo e organizado, a partir da crise econômica que se inicia em 1979 (MARICATO, 2012, p. 02).

O “entra-e-sai” de moradores corrobora para a dificuldade de união relativamente harmoniosa entre os indivíduos e que a associação funcione conforme deve funcionar, o que remete ao embate filosófico entre o real e o ideal. Os moradores que construíram suas casas na época da cheia grande parte não mora mais na comunidade, segundo a moradora Luíza essas mesmas pessoas deixaram as casas e voltaram para a várzea, venderam as casas ou deixaram para parentes. Outro fator que contribui para que, o funcionamento da associação seja comprometido é a falta de produção da comunidade. A produção da comunidade é constituída do plantio de Caju; segundo a moradora Luíza a comunidade chega a produzir cerca de 10 toneladas de Caju na safra. Sendo que, não possui produção constante e os terrenos no centro da comunidade são pequenos e insuficientes para a produção, a associação tem pouco envolvimento com a produção, já que há poucas pessoas que produzem. Em sua maioria, as associações são responsáveis por dar auxílio a produção dos moradores, seja como meio de escoamento, ou até mesmo produtos ou pedindo assistência técnica do IDAM e SEPROR.

No limite, a passagem, que a experiência comunitária com associação não é muito consolidada, apesar de ter a associação regularizada e que é possível pedirem legalmente ajuda de determinados órgãos, de realizarem empréstimos junto a instituições financeiras e até mesmo ser uma comunidade mais unida, é perceptível que a experiência é totalmente

diferente. As conversas levaram à Festa do Caju, que é realizada em meados de outubro, porém, o mês foi alterado por conflitar com outra festa. A festa do Caju provavelmente é onde a comunidade se une para que o evento aconteça de alguma forma. Quando Émile Durkheim em *A da Divisão do Trabalho Social* trata sobre os conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica, ele expõe que a solidariedade mecânica está presente onde a consciência coletiva é muito grande e isso faz com que o todo seja muito influente nas partes, e isso faz com que a individualidade não apareça. O que parece é que nas comunidade de São Sebastião a consciência coletiva sofreu uma mutação por conta dos novos indivíduos que ali apareceram e ele não pode se impor, já que os sujeitos que ali chegaram são enxergados pelo moradores mais antigos como “invasores” e que é um dos motivos que a comunidade não pode ir para frente; os conceitos antropológicos do “outro” de que todos os que estão “do outro lado” são errados e trazem desunião ou até mesmo morte etc. Bauman (2005) faz uma reflexão quanto aos indivíduos que são novos e que se mudam constantemente. Em *Amor Líquido* ele expõe alguns fatos quando a migrações de indivíduos e como outros indivíduos sentem-se inseguros quanto a essas migrações:

Nas palavras de Heather Grabbe, diretora de pesquisa do Centro para a Reforma Européia, "os alemães culpam os poloneses, os poloneses culpam os ucranianos, os ucranianos culpam os quirguizes, que por sua vez culpam os usbeques" (3), enquanto países pobres demais para atrair vizinhos em busca desesperada por meios de sobrevivência, tais como Romênia, Bulgária, Hungria ou Eslováquia, direcionam seu ódio aos habituais suspeitos e culpados de plantão: aquelas pessoas do lugar mas em constante mudança, sem endereço fixo, e assim — sempre e onde quer que estejam — "recém-chegadas" e forasteiras: os ciganos. (BAUMAN, 2005. Pag. 66)

Esses sujeitos podem se sentir anômicos e voltarem a suas casas, ou até mesmo não necessitarem das casas. É certo que não participam da comunidade, podem participar em espaço e território, porém, em questões sociais além de serem vistos como invasores, também acabam não participam e nem se integram ao meio comunitário.

Deixando de lado os meios sociais e concentrando na agricultura familiar, a comunidade não encaixa nesse conjunto. Grande parte dos terrenos que possuem produção

são grandes, possuem cerca de 250m de largura e 1000m de comprimento, e a produção é voltada para o plantio de caju. Segundo dados fornecidos pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) a comunidade de São Sebastião não é atendida pelo instituto, porém, as três principais atividades de agricultura seriam o caju, laranja e o limão. Segundo a moradora Apolônia – Presidente da Associação – o IDAM realizou alguns trabalhos na comunidade dentro da escola, porém, o trabalho foi todo perdido porque os próprios moradores não se interessaram depois que o instituto relegou a comunidade a responsabilidade.

Verificando todos os dados apresentados até então é possível pensar que a maioria das pessoas que moram na comunidade de São Sebastião tem uma produção muito grande, ou trabalham na sede do município de Iranduba, ou na escola da comunidade; como é o caso da moradora Luíza e da professora Rosângela, ambas moram na comunidade e são moradoras antigas, porém, tem dois empregos, na escola e outro como produtoras em terrenos grandes. É uma realidade bem diferente daquela enfrentada pelos que moram na várzea.

Percepções existem, e elas fazem com que cada um olhe a realidade a sua volta de várias formas, quem vive em terra firme, quem vive em várzea. E também as mulheres narram têm diferentes percepções da realidade e de como a comunidade funciona, por conta disso, decidi explorar os conflitos e o mau funcionamento da comunidade em outro tópico e de outro ponto de vista.

3.3.1 A (in) sustentável associação e o mal – estar comunitário

Saindo da escola e andando pela rua barrenta e poeirenta o campo de visão revela que mais ao fundo foi desmatado e foram criados vários loteamentos, é a lógica urbana que anuncia a sua chegada. Na parte direita ainda continuava a “invasão” e do lado esquerdo a

“comunidade” em si. Na última rua antes da área desmatada para os loteamentos, é a rua da presidente da associação/comunidade Apolônia Mendonça. Logo ao chegar fomos recebidos por ela e seus dois filhos. Começamos a conversar sobre a comunidade e chegaram a alguns pontos. Apolônia está desempregada e viúva há cinco anos e vive basicamente dos pedidos da AVON se propôs a conversar comigo por alguns minutos, e nesse curto espaço de tempo, ela me disse o que ocorria na comunidade.

Foi eleita em 2011 pela comunidade. Segundo ela, a própria comunidade só se reúne quando há eleições ou algum evento como a Festa do Caju e Batismo, ou algum evento como visita de políticos etc. A realidade de Apolônia é diferente das outras moradoras com quem conversamos; moradora há doze anos relata que a comunidade conseguiu até hoje foi por conta de atos políticos de determinados candidatos em época de eleições. Por conta disso, a comunidade tem seus membros dispersos por conta tanto da não produção quando do descredito com a associação. Segundo a moradora, os moradores não se unem para nenhum tipo de atividade. O serviço da associação é criticado porque não traz nenhum benefício à comunidade e mesmo assim tem custos grandes para a manutenção do CNPJ. É interessante analisar que a comunidade se distingue por duas associações segundo Apolônia, uma que é cadastrada, tem CNPJ que é de moradores e agricultores e uma segunda que é informal e que não tem sede definida e é composto por alguns moradores, que seria uma associação de “amizade” e essa monopolizaria os bens da comunidade como o Campo de futebol (que fora construído pela comunidade em 1997) e o Centro Comunitário. As pessoas que comandariam essa segunda associação teriam benefícios de não ter que carregar a responsabilidade de ter que arcar com custos e meios burocráticos. Na visão de Apolônia, uma comunidade tem de ser unida; todos os bens são da comunidade e não podem ser “privatizados” por determinados grupos.

Logo, a comunidade de São Sebastião mostra que as “organizações sociais” existem, porém não efetivam os seus atos por conta das divergências entre os moradores e a falta de interesse dos mesmos com a associação, igreja e escola.

3.4 A comunidade de Santa Luzia do Baixo – A várzea

Um dos exemplos é a comunidade de Santa Luzia do Baixo localizada no Paraná do Baixo na margem esquerda do Rio Solimões, a 15 km da sede do município de Iranduba. Notou-se o nível de organização da comunidade quanto à produção.



Figura 05: Comunidade Santa Luzia do Baixo, Iranduba.
Fonte: Paulo Rodrigo, 2012.

A comunidade possui duas associações – uma de Mulheres – e outra de moradores. Essas associações estavam até pouco tempo desmotivadas porque não sabiam como se regularizar e, conseqüentemente, não poderiam obter empréstimos que seriam necessários para compra de equipamentos para o escoamento da produção.

Com o aparecimento do Projeto Piatam¹⁴ juntamente com a Universidade Federal do Amazonas, o apoio à comunidade foi dado e as portas foram abertas para a regularização.

A organização da comunidade se constitui basicamente em duas associações: de moradores, na qual o presidente é o agricultor Rondiney e a das mulheres, na qual a presidente é a agricultora Valdiza. A presidência da comunidade é do agricultor Aldecir Lima da Silva (conhecido como Deca) e finalmente há o delegado do sindicato dos trabalhadores rurais e ex-presidente da comunidade o agricultor Raimundo (conhecido como Lula).

A associação tem um papel importante nas questões de produção da comunidade. Cerca de 70 agricultores participam da associação e pagam uma taxa de R\$5,00 para a manutenção da associação (já que segundo Rondiney a associação para mensalmente cerca de R\$300,00 para uma contadora a fim de deixar regularizada a comunidade) e assim, há a contribuição para a manutenção de equipamentos.

Em contrapartida do esquecimento das políticas do Território da Cidadania¹⁵, a comunidade acabou criando o seu próprio modelo de estrutura para escoamento da produção. Pensando na produtividade da comunidade e na sua capacidade, a comunidade acabou criando a Feira das Hortaliças que é realizada na primeira quinzena de Novembro entre os dias 9 e 10. A Feira das Hortaliças é conhecida entre a região devido à qualidade e ao preço dos produtos.

Entretanto, por conta das especificidades da região amazônica, ou seja, relativo ao regime hidrológico: cheia/enchente e seca/vazante, alguns entraves ocorrem na utilização do equipamento. O caminhão só pode ser usado nos meses da seca, já que surge uma estrada que possibilita levar a produção até a cidade pela estrada da várzea. Nos meses da seca é onde há o cultivo abundante da melancia e é vendido diretamente para pessoas que procuram a

¹⁴ O Piatam é um grande projeto de pesquisa socioambiental criado para monitorar as atividades de produção e transporte de petróleo e gás natural oriundos de Urucu, a maior província petrolífera terrestre brasileira, localizada em plena Floresta Amazônica.

¹⁵ Em reunião feita com os agricultores na Escola de Santa Luzia no dia 27/02/2012 quando foram indagados se conheciam o projeto Territórios da Cidadania, apenas um agricultor disse saber do conhecimento do programa, porém, nunca teve nenhum tipo de benefício.

comunidade por via terrestre. Nos meses de cheia, a comunidade (que fica em uma ilha) acaba tornando-se isolada por conta do nível da água nos rios, isso acarreta não só a perda da produção, como também a dificuldade de acesso aos mercados locais.

Dentro da comunidade ainda há Associação das Mulheres onde um grupo de mulheres se reúne desde 2006, onde eram 50 mulheres, e atualmente contam com cerca de 34 mulheres. A reunião dessas mulheres tem o propósito de criar artesanatos e produtos para serem vendidos, porém, as atividades estão paradas devido à produção rural – que no momento – estava sendo perdida em decorrência da cheia dos rios.

Há ainda uma Cooperativa formada por alguns agricultores da comunidade, porém, não é ligada à produção. A Cooperativa de Canoeiros, onde participam cerca de 15 comunidades que abrange toda a área do rio Solimões. A presidência da cooperativa é gerida pelo agricultor Aldecir Lima da Silva (Deca). O cooperativismo nessa comunidade corresponde a uma alternativa de agregar o valor aos produtos e uma possibilidade de inserção dos trabalhadores rurais em um mercado alternativo (MIGUEZ *et al*, 2011, p. 58).

Poderíamos fazer tal pergunta: É possível que tais moradores dessas comunidades se achem pertencentes a esse território que lhe foi imposto? Segundo Haesbaert (2004) nas sociedades agrícolas pré-industriais, a identificação que os moradores têm com o território na maioria das vezes se prende a realidade simbólica, um princípio cultural de identificação. Os moradores possuem uma relação subjetiva que beira a afetividade com o espaço.

A concepção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) de que os territórios foram delimitados por identidade, cultura parece se desfragmentar aos poucos quando percebemos que essas políticas não se configuram de forma integradora, já que os agricultores familiares não sentem a sua proximidade com o Território Rural imposto. Sentem identificação com tudo aquilo que já

estava ali, seu etnoconhecimento, a cultura que, realmente, integra todos os moradores ainda está presente.

Razões para que haja discrepâncias entre as políticas e a realidade dos agricultores familiares no Território de Manaus e Entorno são muitas. Um delas são as questões das especificidades amazônicas. Em tempos de estiagem e cheia. Onde o agricultor tem duas realidades totalmente diferentes. Uma ele precisa caminhar até o outro lado de sua propriedade para conseguir água, e em outra época, consegue água em frente de casa. É de se questionar se o Plano de Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) considerou a essas especificidades quando foi idealizado. Abrangendo o território não só como parte de uma política pública, mas também todo o conceito simbólico que o território tem para o agricultor familiar.

Os agricultores como sendo um dos beneficiados desse projeto, desconhecem sua existência. As políticas públicas continuam sendo idealizadas de forma tecnocrática e não atingem de fato o motivo de sua existência: o beneficiário. Contudo, o agricultor continua fazendo o que sempre fez, com todas as dificuldades do seu cotidiano, independente de qualquer projeto que venha a beneficiá-los.

3.4.1 As organizações sociais

No decorrer da pesquisa foi possível captar a grande escala geográfica do Território Rural Manaus e Entorno, no sentido micro, falando do município de Iranduba, também se percebe que a sua área geográfica também é grande, e indo mais profundamente, vemos que o município se divide basicamente em Sede do município e as comunidades rurais que estão localizadas na várzea e na terra firme. Iranduba possui pouco mais de 80 comunidades e seria no limite impossível para a pesquisa percorrer todos esses locais já que muitas estão longe da

capital – Manaus – e, além disso, estão passando sempre por modificações da natureza, especialmente as comunidades de várzea. Por conta disso, tivemos que fazer não só um recorte geográfico da área de Iranduba, mas também limitar as organizações sociais que estão envolvidas com o desenvolvimento local. Se inserirmos a lógica de que o Programa Territórios da Cidadania está com suas políticas totalmente envolvidas com as questões da agricultura familiar, a presente pesquisa teria que analisar as organizações sociais voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, por outro lado, a própria agricultura familiar tem as suas próprias organizações sociais que buscam o desenvolvimento da sua comunidade ou do município como um todo. Decidimos optar por investigar as organizações sociais no âmbito rural, nas comunidades de várzea, e o recorte foi para a comunidade de Santa Luzia do Baixio, em Iranduba. Já fizemos um breve histórico quanto à formação da comunidade e em relação a sua produção, e agora, mapearemos as organizações sociais da comunidade.

3.4.2 A comunidade

As comunidades rurais se confundem com a formação das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. As comunidades eclesiais de base segundo alguns pesquisadores nasceu em 1960 ou em Volta Redonda ou em Nísia Floresta (BETTO, 2011). Conceitua-se de Comunidade Eclesiais de Base “*pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos.*” (BETTO, 2011). A comunidade de Santa Luzia do Baixio nasceu também como uma Comunidade de Base, porém, a devoção à Santa Luzia veio desde a antiga moradora Jardimilina que trouxe a imagem da santa para as atuais terras do Baixio. Outras características das comunidades eclesiais de base são:

Comunidades, porque reúnem pessoas que tem a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadores. São eclesiais porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas de casa (...); na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares (BETTO, 2011, p. 07).

Santa Luzia do Baixio está situada no Paraná do Baixio na margem esquerda do Rio Solimões possui área de cerca de 6.520.00 m² distribuídas em cerca de 450 pessoas e pouco mais de 115 famílias. A história da comunidade está ligada diretamente a duas famílias: a de João Lula e Maria Santos e Maria José e Santiago. Pelo ano de 1943, João Lula chega de Pernambuco como soldado da borracha, porém, acaba não exercendo a sua profissão, e chega às terras de Santa Luzia do Baixio pelo ano de 1947, juntamente, com Santiago e também as suas respectivas esposas. É importante observar que desse casamento (onde as mulheres são irmãs) as relações de parentesco e poder continuam até hoje na comunidade.

No casamento de João Lula e Maria Santos, nasceram doze filhos: Raimundo Lula, Álvaro, Rivaldo, Rivalda, Valdiza, Ademir, Rizalda, Raimunda, Valdeir, Ronaldo, Ronildo e Valdir. O casamento de Maria José e Santiago deram treze frutos: Maria Emília, Meires, Ângela, Selma, Nonata, Amazonas, Gonzaga, Deca, Alonso, Ilson, Malzemir e Marisa.

Após chegarem à comunidade de Santa Luzia, os moradores acabaram comprando terrenos que eram vendidos por um homem conhecido como Dr Garcia que arrendava e vendiam terras, as principais atividades naquela época eram a produção de juta, mandioca, milho e feijão de praia; essa produção foi modificada a partir dos anos 70 com a implantação da Zona Franca de Manaus, já que as pessoas que vinham trabalhar nas fábricas necessitavam de outro tipo de alimentação e a demanda acabou chegando à comunidade, que até hoje é uma das maiores produtoras de hortaliças. Contudo, antes da modificação da produção, a comunidade ganha a sua primeira escola por nome São Gabriel que funcionou em uma casa

flutuante, isso por volta dos anos 50. Tempo depois, as primeiras celebrações de novenas são realizadas na comunidade em uma casa e, posteriormente, nos anos 60 é construída a primeira Igreja de Santa Luzia na comunidade. O time de futebol chamado de Santos é criado também na década de 60 exatamente no dia 16 de Fevereiro.



Figura 06: Casa onde era celebrada as novenas – Com. Santa Luzia do Baixio.
Fonte: Acervo do morador Valdir Silva – Com. Santa Luzia do Baixio.

Por volta dos anos 70 a comunidade torna-se mais organizada por conta da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Movimento de Educação de Base¹⁶ e a ACAR¹⁷. Porém, só a partir dos anos 80 é quando a comunidade recebe o nome de Santa Luzia do Baixio. São criados a Unidade Agrícola, o clube das mães e o grupo de jovens e daí a mudança de produção de fibras para hortaliças. A comunidade possui três festas: A Copa Baixio que é realizada entre os meses de Janeiro a Abril, a festa das Hortaliças, é realizada na segunda quinzena de Novembro e da Padroeira de Santa Luzia em Dezembro.

Atualmente, a comunidade conta com três principais organizações: A associação, o grupo de mulheres e a igreja. A comunidade em si é uma organização social que está

¹⁶ A MEB foi fundada em 21 de Março de 1961 e é uma organização social constituída pela sociedade civil e realiza ações nos estados do Norte e Nordeste, como o Amazonas, Maranhã, Pará, Roraima, Ceará, Piauí e Distrito Federal. As ações são de mobilização social, alfabetização por educação de base.

¹⁷ A Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas (ACAR – AM) foi fundada em 02 de Dezembro de 1966 com o objetivo de orientações técnicas para os agricultores. Atualmente é o IDAM.

envolvida diretamente com o desenvolvimento local. Por conta de ser uma organização em que todos estão voltados para o bem estar próprio e dos outros, a comunidade luta para que todos tenham os mesmos benefícios, fazem com que todos seja unidos e caminhem para um só caminho. Bauman (2003) resume o comportamento de uma comunidade:

E ainda: numa comunidade podemos contar com a boa vontade dos outros. Se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudarão a ficar de pé outra vez. Ninguém vai rir de nós, nem ridicularizar nossa falta de jeito e alegrar-se com nossa desgraça. Se dermos um mau passo, ainda podemos nos confessar, dar explicações e pedir desculpas, arrepende-nos se necessário; as pessoas ouvirão com simpatia e nos perdoarão, de modo que ninguém fique ressentido para sempre. E sempre haverá alguém para nos dar a mão em momentos de tristeza. Quando passarmos por momentos difíceis e por necessidades sérias, as pessoas não pedirão fiança antes de decidirem se nos ajudarão; não perguntarão como e quando retribuiremos, mas sim do que precisamos. E raramente dirão que não é seu dever ajudar-nos nem recusarão seu apoio só porque não há um contrato entre nós que as obrigue a fazê-lo, ou porque tenhamos deixado de ler as entrelinhas. Nosso dever, pura e simplesmente, é ajudar uns aos outros e, assim, temos pura e simplesmente o direito de esperar obter a ajuda de que precisamos. (BAUMAN, 2003, p, 08)

A comunidade como organização social está envolvida na união e na construção da paz social e da vida de cada um. Ela é uma estrutura estruturante que chega a tal ponto que consegue enfatizar no pensamento de cada um o que é ser um “comunitário” que é participar, dividir, ajudar os outros que fazem parte do mesmo grupo e tem a sua produção diferenciada, personalidades, famílias, sujeitos diferentes e acabam tornando-se unidos por um bem comum, que seria a comunidade. Do ponto de vista durkheimiano a comunidade trabalharia envolta da solidariedade mecânica, onde o todo prevalece entre as partes. Contudo, esse todo aqui de Durkheim, que seria a sociedade, poderia ser substituído pelo bem-estar de cada um, e da história que todos carregam consigo. O todo, que é importante para a constituição da parte é passível da ação social de cada um para constituí-lo e, assim, formar-se a comunidade como todos esperam.

Atualmente o presidente da comunidade é do agricultor conhecido como Deca. Desde o início da comunidade, a presidência da comunidade foi: Dalcírio (Administração da Igreja), Jaime, Raimundo Lula, José Alves, Santiago, Alonso, Valdir, Deca (Aldecir Lima da Silva).

As eleições ocorrem de dois em dois anos, porém, Deca está no cargo há mais de dez anos por conta de não formar chapas para se candidatar as eleições. Segundo o atual presidente, o papel fundamental da comunidade é ajudar todos os comunitários, e o papel do presidente é de ir até os órgãos que auxiliam a comunidade em questões da agricultura, conseguir apoio em instituições e mais ainda: tecer fios para que a comunidade continue unida e propiciando o desenvolvimento necessário para todos.

3.4.3 A associação Comunitária Santa Luzia

Quando se toma a mãos o dicionário Aurélio e atenta-se para a definição da palavra associação, apresentam-se os seguintes significados: *1. Reunião de pessoas para um fim comum. 2. Sociedade. 3. Comunidade. 4. Conexão.* Refletir acerca de uma comunidade rural revela que as associações são formadas para concretizar as conexões, o fim comum.

Na comunidade de Santa Luzia do Baixio a associação passou por vários momentos históricos e veio se desenvolvendo e se desenrolando com o passar dos anos. Em 1988¹⁸, cerca de 21 associados e fundaram a Associação de Santa Luzia do Baixio. Na época, a fundação da associação era para organizar as pessoas para potencializar o plantio de hortaliças que estava tendo uma demanda muito grande em decorrência do grande impulso provocado pela Zona Franca de Manaus (ZFM). Com isso, os agricultores conseguiram financiamento

¹⁸ Consultar em anexo a Certidão da Associação Comunitária Santa Luzia.

para trator, terra, vender as hortaliças em feiras etc. Porém, a associação acabou ficando descredenciada e os associados foram aos poucos se desligando, esvaziando-a.

Com o aparecimento do programa do Piatam a associação recebeu estímulo o que corroborou para que conseguissem se reunir novamente em 2007 e está, atualmente, ativa e totalmente regularizada. A associação da comunidade está envolvida diretamente com outros órgãos que auxiliam a produção da agricultura familiar. Rondinei (atual presidente da associação) listou alguns órgãos que estão ligados com a associação e a comunidade: Universidade Federal do Amazonas (que realiza projetos por meio do núcleo de Socioeconomia em questão agrárias e sociais na comunidade), SEPROR, IDAM, ADS (Agência de Desenvolvimento Sustentável), Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), Prefeitura de Iranduba e a Secretaria de Abastecimento do Município.

O papel da associação muitas vezes se confunde com o papel também da própria comunidade, apesar de nem todos os moradores serem associados, todos recebem auxílio e podem ser atendidos pela associação, por conta dela exercer também o papel comunitário. Logo, a associação aparece como extensão da própria comunidade, porém, reconhecida juridicamente e por outros órgãos públicos.

A associação de Santa Luzia do Baixo já conseguiu vários incrementos agrícolas como um caminhão (que foi conseguido por meio de convenio com a SEPROR) para o escoamento da produção da comunidade. Além da busca pelos benefícios para a comunidade, a associação participa também de festas comunitárias que são realizadas pela comunidade. O trabalho da associação com o desenvolvimento local, que visa não só a colaboração com os comunitários e associados, e consegue ser uma extensão, um “órgão” que é necessário para que todos estejam protegidos não só pela comunidade, mas, sobretudo, socialmente criado e juridicamente aceito.

O funcionamento efetivo da associação de Santa Luzia do Baixio foi entre os anos de 2009/2010 e atualmente possui 78 sócios ativos e luta para conseguir a DAP¹⁹.

3.4.4 Grupo de Mulheres

O Grupo de Mulheres surgiu a partir do Clube de Mães, porém, ele foi esquecido e algum tempo depois por meio da assistente social Graça Feitoza o Clube de Mães acabou sendo transformado no que, atualmente, é conhecido na Comunidade como Grupo de Mulheres do Baixio. No começo o Grupo de Mulheres contava com cerca de 53 mulheres e atualmente são 25 mulheres ativas, a idade mínima para ingressar no grupo de mulheres é de 12 anos. Há dois anos a agricultora Valdiza está à frente do Grupo de Mulheres, antes dela, a responsável pelo Grupo era a agricultora Eunice, conhecida entre os comunitários como Páscoa.

Entre os trabalhos que são desenvolvidos pelo Grupo de Mulheres, está a fabricação de doces, pintura, crochê etc. Contudo, esses trabalhos ainda não estão sendo comercializados. A ambição das mulheres que estão no Grupo é de fabricar bolsas com pinturas e comercializá-las em feiras, possibilitando obter renda extra em tempos difíceis como na enchente. A Universidade Federal do Amazonas, por meio do Núcleo de Socioeconomia, realiza um projeto de extensão juntamente com o Grupo de Mulheres. Atualmente, as mulheres pretendem fabricar bolsas para o evento 1º Seminário de Experiências Agroecológicas no Contexto Amazônico que ocorrerá na Universidade Federal do Amazonas entre nos dias 26 e 27 de Junho, durante este evento também será realizada Mostra de Produtos Agroecológicos.

¹⁹ DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) foi criado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com o objetivo de identificar o agricultor familiar para acessar políticas públicas.

3.4. 5 Outras alternativas para o desenvolvimento local: as festas

As festas na comunidade de Santa Luzia do Baixio não possibilitam apenas diversão, mas também permitem a comercialização e a divulgação do trabalho da Comunidade. A Comunidade realiza duas festas anualmente, a Festa das Hortaliças e a Copa Baixio; festas essas que estão ligadas ao desenvolvimento local.

Como a principal produção da comunidade são as hortaliças, a Associação Comunitária Santa Luzia, juntamente, com os comunitários decidiram criar a Festa das Hortaliças, que já está em sua sexta edição e que trouxe benefícios para os seus moradores.

Historicamente, a festa surgiu conforme os próprios comunitários²⁰ em 2007 quando o morador Valdir Vieira dos Santos conseguiu reunir outros moradores da comunidade (Valdir Vieira, Raimunda Vieira, Rondinéia Santos, Valdeir Vieira, Rondinei Santos, Aldecir Lima, Raimundo Lula, Edson Cunha, Valdiza dos Santos, Francilany Costa e Meires Lima) e encontrar alternativas para que os arraiais da Comunidade fossem mais movimentados. Além da perspectiva do recreio a Festa possibilita a comercialização do que é produzido na própria Comunidade, que na maioria das vezes não era possível escoá-la totalmente. A perspectiva da Festa é possibilitar que os próprios compradores se dirijam até a comunidade, e comprassem os produtos do Baixo. Segundo o texto, o objetivo geral da festa é: *Congregar os produtores da Comunidade Santa Luzia do Baixio e adjacências para promover intercâmbio de experiências em torno da produção de hortaliças e ao mesmo tempo proporcionar entretenimento aos comunitários.* E os objetivos específicos seriam:

1. Divulgar os diversos produtos produzidos pelos comunitários.
2. Oferecer uma vez por ano, uma grande oportunidade para a comunidade se confraternizar e desfrutar de momentos de lazer e entretenimento;

²⁰ Tivemos acesso a um texto, gentilmente, cedido pelo morador Valdir Vieira dos Santos que relata a história da criação da Festa das Hortaliças.

3. Oportunizar aos comunitários a venda de seus produtos no próprio local, assim como, vender outros produtos, como artesanato, proporcionando assim uma renda extra nesse período.
4. Angariar fundos para a construção de obras prioritárias que venha beneficiar o povo da comunidade.

A primeira edição da Festa das Hortaliças foi realizada nos dias 07 e 08 de Dezembro de 2007 e continua até hoje, porém, com as datas na segunda semana de Novembro. O acesso a Comunidade é possível por meio da estrada da várzea e na festa há várias atrações além da comercialização dos produtos. As trocas culturais que acontecem nessas festas são implícitas, porém, os próprios moradores em seu objetivo geral da festa manifestam *promover intercâmbio de experiências em torno da produção de hortaliças*. Ora, esse promover intercâmbio, e as experiências funda-se no paradigma do dom ou na tríplice obrigação de dar, receber e retribuir de Marcel Mauss. Segundo Alain Caillé a definição geral do dom é

toda prestação de serviço ou bem, efetuada sem obrigação, garantia ou certeza de retribuição. O paradigma do dom insiste sobre a importância, positiva e normativa, sociológica, econômica, ética, política e filosófica desse tipo de prestação (CAILLÉ, 2002, p. 143).

Na Festa das Hortaliças a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir se mostra quando os moradores oferecem seus produtos, a sua terra, todo seu espaço construído tanto naturalmente quanto simbolicamente para obtenção não só de formas econômicas, mas culturais, onde a transferências do etnoconhecimento, e até o começo de novas relações pessoais são as que movimentam esse tipo de festividade.

Além da Festa das Hortaliças, a Copa Baixio também movimenta a comunidade e integra os municípios. A Copa Baixio é realizada entre os meses de Janeiro e Maio e abarca times de Manaus, Iranduba, Careiro Castanho, Manacapuru e Manaquiri. Ela é patrocinada pela Prefeitura de Iranduba e por empresários que apoiam o campeonato. O time fundado em 16 de Fevereiro de 1962, denominado de “Santos”, é um dos mais conhecidos, e esse ano faz

50 anos de fundação. Segundo Rondinei, presidente da Associação, a Copa Baixio é muito movimentada, acontecem 12 jogos por fim de semana. E há várias ramificações. Há os times principais, os veteranos, o sub-15, sub-17 e o feminino, no total há mais ou menos 78 times, com cerca de 1.560 atletas. A festa é realizada enquanto o campo da Comunidade Santa Luzia do Baixio ainda não está alagado, e também, o mesmo tipo de trocas acontecem nos jogos, a competição une e não aparta.

3.5 A produção das comunidades rurais no município de Iranduba

Tendo em base os dados da Secretaria de Abastecimento do Município de Iranduba e do IDAM foi possível apontar as principais atividades produtivas no município. O município tem duas particularidades, além de ser banhado tanto pelo Rio Solimões quando pelo Rio Negro, ele também tem dois biomas conhecidos como várzea e terra firme; essas especificidades fazem com que a produção seja diversificada de comunidade para comunidade e as ações dos órgãos responsáveis pelo auxílio à produção também.

Segundo Witkoski para a compreensão da ideia de unidade produtiva na produção de agricultura familiar é preciso notar que os agricultores têm em si a integração de várias espécies florestais, o consumo familiar, a conservação do meio ambiente e a diversidade biológica. Para Witkoski, a ideia-chave,

Para compreendermos a unidade de produção familiar, conforme expresso no conceito de sistema agroflorestal, é levar em consideração o fato de que o manejo sustentado, envolvendo terra, floresta e água implica, necessariamente, um processo de integração simultânea ou sequencial entre cultivos agrícolas, criação de animais, extrativismo vegetal e animal, com o objetivo de incremento da produtividade. (WITKOSKI, 2010, p. 203)

Ou seja, a produção da agricultura familiar baseia-se fundamentalmente na integração de várias produções tanto para o seu próprio consumo como também para comercialização, e

tendo em vista que a diversificação dessa produção também muda conforme a enchente/vazante etc.

As terras de Iranduba que fazem parte da microrregião do Baixo Amazonas tem um tamanho médio de terras de várzea pequeno em comparação a outras microrregiões, que seria de 16,9 hectares, porém, possuem um alto índice de plantio 3,8 hectares (WITKOSKI, 2010). Ou seja, os municípios partícipes dessa região usam ao máximo a suas terras de várzea, o que pode ser percebido visitando algumas comunidades rurais no município de Iranduba e pelos dados da Secretaria de Abastecimento e Produção do Município e SEPROR.

Segundo os dados do IDAM existem cerca de 44 comunidades de Terra Firme no município de Iranduba, essas comunidades tem cerca de 24 unidades produtivas: fruticultura, mandioca, hortaliças, coco, limão, mamão, caju, laranja, piscicultura, citros, melancia, maracujá, pesca artesanal, guaraná, artesanato, mel, pimentão, pepino, olericultura, pecuária, banana, avicultura, macaxeira e açai.

É possível dizer que dentre a produção das comunidades de terra firme, a mandioca é uma das mais plantadas, cerca de 21 comunidades tem a mandioca como unidade produtiva, provavelmente por conta também da fabricação de farinha. Em segundo lugar a produção de hortaliças com 18, em terceiro os citros²¹ com 11, a pesca artesanal²² com 9 e por fim, a banana com 6.

As comunidades de várzeas, segundo o IDAM, são 29. Nessas 29 comunidades foi possível catalogar cerca de 15 unidades produtivas: maracujá, mamão, hortaliças, fibras (juta e malva), mandioca, grãos, fruticultura, melancia, couve, cebolinha, coentro, pepino, alface,

²¹ Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária há seis principais tipos de citros: A Laranja (*Citrus sinensis* L. Osbeck), Lima (*Citrus limettioides* Tanaka), Lima-ácida (*Citrus aurantifolia* Swingle), Limão (*Citrus limon* Burmann f.), Pomelo (*Citrus paradisi* Macfadyen), Tangerina (*Citrus reticulata* Blanco).

²² Segundo a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura a pesca artesanal nada mais é que: “A pesca artesanal define-se como a atividade exercida por produtores autônomos ou com relações de trabalho em parcerias, que utilizam pequenas quantias de capital e meios de produção simples, com tecnologia e metodologia de captura não mecanizada e baseada em conhecimentos empíricos.” (SECRETARIA DE ESTADO DE PESCA E AQUICULTURA, 2012)

olericultura²³ e pesca artesanal. É destaque a produção de hortaliças, que é produzida por 14 comunidades, a mandioca que é produzida por 11 comunidades, as fibras que são produzidas por 9 comunidades e a Olericultura que é feita por 6 comunidades.

A secretaria municipal de produção e abastecimento (SEMPA) realizou ações juntamente com a prefeitura, IDAM e outros órgãos para escoamento da produção das comunidades e melhorias, segundo o documento “Ações da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento – SEMPA”²⁴ as principais ações realizadas pela secretaria foram:

1. Parceria com o INCRA: Pagamento já efetuado dos Créditos Alimentação e Fomento ao P.D.S. da Costa do Iranduba a 205 famílias, no valor de R\$ 656.000,00 (SEISCENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL REAIS). Serão liberados para a construção de moradias rurais o valor de R\$ 3.075.000,00
2. Aquisição, através da Prefeitura de Iranduba, de uma área de terra, localizada no km 26, Ramal Unidos do 26, para a implantação do Horto Municipal, com o objetivo de produzir mudas frutíferas, mudas ornamentais e mudas de espécies para a produção de madeira.
3. Entrega de um abaixo-assinado com 1.500 (MIL e QUINHENTAS ASSINATURAS) de agricultores familiares ao Governador do Estado do Amazonas, Dr. OMAR AZIZ, solicitando o apoio para a construção da CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DISTRITO DE CACAU PIRÊRA.
4. Solicitação ao INCRA para a criação dos assentamentos (P.A.E.) da MARCHANTARIA, XIBORENA, PARACUÚBA E CATALÃO.
5. Conclusão da construção das moradias rurais do PDS, na Costa do Caldeirão, beneficiando 306 famílias, com o investimento de R\$ 4.590.000,00
6. Conclusão da construção das moradias rurais dos PAES na Ilha da Paciência, no Baixio, no Jacurutú, no Muratu, e na Ilha da Maria Antônia, com o investimento da ordem de R\$ 5.000.000,00
7. Implantação do assentamento PDS dentro da RDS RIO NEGRO, que beneficiará aproximadamente 500 famílias do município de Iranduba.
8. Distribuição de sementes de pepino híbrido, no valor de R\$ 8.000,00 para as famílias da Costa do Caldeirão (JANDIRA).
9. Regularização dos permissionários do complexo da feira do produtor JOÃO CÂNDIDO DE MEDEIROS.
10. Organização da Eleição do administrador da feira JOÃO CÂNDIDO DE MEDEIROS.
11. Cadastro dos psicultores familiares inseridos no programa do Governo do Estado denominado AMAZONAS RURAL
12. Participação dos Fóruns das Ações Territoriais – Território 10 – MANAUS ENTORNO E CMDRS – IRANDUBA.
13. Encaminhamento à Secretaria de Estado da Produção (SEPROR) das demandas dos Agricultores Familiares, em tempo hábil, bem como dos quantitativos de SEMENTES a serem fornecidos a estes Produtores.
14. Escoamento da Produção.

²³ A olericultura é a área da horticultura que abrange a exploração de hortaliças e que engloba culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos, frutos diversos e partes comestíveis de plantas.

²⁴ Documento gentilmente cedido pelo secretário Irinelson Matos da Secretaria Municipal de Abastecimento e Produção

A SEMPA transportou durante todo o ano de 2011, de Iranduba para Manaus, os seguintes quantitativos.

- Cheiro Verde – 950,000 (novecentos e cinqüenta mil maços)
- Cebolinha – 1.200,000 (um milhão e duzentos mil maços)
- Couve – 1.800,000 (um milhão e oitocentos mil maços)
- Alface – 1.500,000 (um milhão e quinhentos mil maços)
- Mamão – 120 (cento e vinte toneladas)
- Limão – 250 (duzentos e cinqüenta toneladas)
- Laranja – 105 (cento e cinco toneladas)
- Melancia – 380,000 (trezentos e oitenta mil frutos)
- Coco – 600,000 (seiscentos mil frutos)
- Jerimum – 800.000 (oitocentos mil frutos)
- Milho – 1.300,000 (um milhão e trezentos mil espigas)
- Manga – 450.000 (quatrocentos e cinqüenta mil caixas).

Juntamente com essas ações, há outras ainda a serem cumpridas como o Centro de Comercialização de Iranduba que será construído na Rodovia Manoel Urbano pelo Governo do Estado do Amazonas ²⁵.

A agricultura familiar que é uma das maiores produtoras do município de Iranduba tem sido agraciada com ações de órgãos municipais, estaduais e federais. Porém, as ações do Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal para o município de Iranduba foram: A compra de um bote com motor de 15 e a construção de uma casa de farinha na comunidade São Francisco. Esses dois projetos foram avaliados pela Célula de Acompanhamento e Informação Manaus e Entorno e foi constatado que o motor do bote havia sido roubado de dentro da sede da Secretaria de Produção e Abastecimento do Município e a casa de farinha que seria construída na comunidade de São Francisco tem a sua infraestrutura construída, porém, os equipamentos que seriam necessários para o funcionamento efetivo da casa de farinha estavam em outro lugar do município.

Poderíamos nos perguntar o motivo desses dois projetos para o município de Iranduba. O primeiro, que seria o barco com motor de 15, teria que utilidade? A extensão territorial entre as comunidades é grande, e usá-lo para o escoamento não é possível já que o bote não é grande e provavelmente seria usado para os técnicos do IDAM ou da SEMPA que poderiam estar auxiliando os agricultores familiares em questões referentes à assistência técnica ou

²⁵ A planta do Centro de Comercialização está disponível em anexo.

outras dúvidas. O segundo projeto, a casa de farinha, é ainda mais intrigante. Os projetos do território da cidadania tem que ser vistos como projetos que integram as comunidades rurais, se por acaso for construída uma casa de farinha, é de pensar que as comunidades ali próximo também produzam macaxeira para posteriormente ser processada e fazer farinha. Contudo, não é isso que acontece com o projeto que chegou a comunidade de São Francisco. A comunidade localiza-se em Terra Firme, o que já compromete a ida de pessoas da Várzea, e a uma distância considerável de outras comunidades. Além do mais, não há assistência direta dos técnicos do IDAM para que seja desenvolvido trabalho de excelência na comunidade.

Analisando as unidades produtivas das comunidades rurais do município de Iranduba seria interessante investir tanto na várzea quanto na terra firme em projetos que desenvolvessem a produção de mandioca, hortaliças, citros, pesca artesanal; já que são essas as unidades produtivas que são de interesse comum nesses dois ecossistemas.

O interesse pela produção da agricultura familiar em Iranduba é forte por conta da proximidade com a cidade de Manaus. Por ser mais fácil o acesso a transportes por meio da Ponte Manaus – Iranduba ficou mais fácil dos agricultores transportarem sua produção com a ajuda de outros órgãos. Porém, mesmo com toda a facilidade que se mostra, ou as ações, os agricultores ainda sofrem em questão de enchente/cheia e vazante/seca e os problemas que surgem com o aparecimento dessas épocas. No ano de 2012 a cheia histórica fez com que muitas comunidades rurais da várzea fossem afetadas, ficassem sem produção e acabassem tendo que esperar pela ajuda governamental como o Cartão Enchente do Governo do Estado do Amazonas que distribuiu R\$400,00 para as famílias afetadas pela cheia. Entretanto, apenas isso não é suficiente para que sejam asseguradas as produções dos agricultores viventes da várzea, é preciso mais. E mesmo precisando desse “mais” os agricultores conseguem mover sua vida porque estão culturalmente acostumadas a enchente e seca. Como disse Karl Marx em *Contribuição à Crítica da Economia Política*: “Eis porque a humanidade não se propõe

nunca senão aos problemas que ela pode resolver”. E eis porque os agricultores conseguem resolver todos os seus problemas apesar de todas as dificuldades. Eles resolvem seus problemas pelo seu etnoconhecimento, pela vivência com os ecossistemas e pela íntima relação com a vida natural.

Nº	Comunidades	Produção	Local	Bioma
1	Lago do Curupira	Fruticultura, mandioca e hortaliças	Estrada Janauari	Terra Firme
2	Lago do Santo Antônio	Mandioca, coco e limão	Lago Santo Antônio	Terra Firme
3	São Francisco	Mandioca e hortaliças	Ramal Areial	Terra Firme
4	São Sebastião	Caju, laranja e limão	Ramal do Km 6	Terra Firme
5	Montenegro	Mamão, hortaliças e laranjas	Ramal Peixe Boi	Terra Firme
6	São José II	Psicultura, laranja e banana	Estrada Janauari	Terra Firme
7	Nova Esperança	Hortaliças, citros e banana	Ramal Nova Esperança	Terra Firme
8	Bela Vista	Hortaliças, citros e coco	Ramal Pico Bela Vista	Terra Firme
9	São Francisco	Caju, hortaliças e mandioca	Rodovia Carlos Braga	Terra Firme
10	Chisa/Ouro Verde	Hortaliças, mamão e citros	Rodovia Carlos Braga	Terra Firme
11	Estrada Carlos Braga/Ramal São Francisco Garcia/ Ramal Jorge Teixeira	Hortaliças, fruticultura	Estrada de Iranduba	Terra Firme
12	Estrada do Caldeirão	Citros, hortaliças e avicultura	Rodovia Manoel Urbano	Terra Firme
13	Nossa Senhora de Fátima	Maracujá, mamão e hortaliças	Costa do Caldeirão	Várzea
14	São João Batista	Maracujá, mamão e hortaliças	Costa do Caldeirão	Várzea
15	Nossa Senhora de Nazaré	Mandioca, macaxeira e banana	Lago do Teste	Terra Firme
16	Aríauzinho	Citros e Hortaliças	Lago do Aríauzinho	Terra Firme
17	São José do Jacurutu	Hortaliças e fibras	Ilha do Jacurutu	Várzea
18	São Francisco do Muratu	Mandioca, hortaliças e fibras	Ilha do Muratu	Várzea
19	Fé em Deus	Melância, maracujá e laranja	Ramal Paricatuba	Terra Firme
20	Bom Jesus	Citros e Piscicultura	Ramal Paricatuba	Terra Firme
21	Parque dos Barões	Hortaliças	Rodovia Manoel Urbano	Terra Firme
22	Parque das Acácias	Citros e coco	Rodovia Manoel Urbano	Terra Firme
23	Parque Real I e II	Hortaliças	Rodovia Manoel Urbano	Terra Firme
24	Ramal da Olaria	Hortaliças	Rodovia Manoel Urbano	Terra Firme
25	São Francisco	Grãos, hortaliças e fruticultura	Costa de Iranduba	Várzea
26	São João Batista	Melancia, mandioca e hortaliças	Paraná do Iranduba	Várzea
27	07 de Setembro	Melancia, mandioca e hortaliças	Costa de Iranduba	Várzea
28	São José Operário	Citros, maracujá e açaí	Lago do Limão	Terra Firme
29	Cristo Libertador	Fruticultura, mandioca e hortaliças	Janauaruzinho	Terra Firme
30	São Francisco do Saracá	Mandioca e pesca artesanal	M D Rio Negro	Terra Firme

Nº	Comunidades	Produção	Local	Bioma
31	Inglês	Mandioca e pesca artesanal	M D Rio Negro	Terra Firme
32	Tumbira	Mandioca e pesca artesanal	M D Rio Negro	Terra Firme
33	Carão	Mandioca e pesca artesanal	M D Rio Negro	Terra Firme
34	Nossa Senhora de Fátima (Camará)	Mandioca e pesca artesanal	M D Rio Negro	Terra Firme
35	Terra Preta	Mandioca e pesca artesanal	M D Rio Negro	Terra Firme
36	Santa Luzia	Hortaliças, mandioca e grãos	Ilha do Baixio	Várzea
37	Nova Aliança	Hortaliças, mandioca e grãos	Ilha do Baixio	Várzea
38	Boa Esperança	Citros, Fruticultura e hortaliças	Ramal do Km 13	Terra Firme
39	Nossa Senhora Aparecida	Mandioca e guaraná	Lago do Guedes	Terra Firme
40	Unidos do Km 26	Citros, hortaliças, fruticultura, piscicultura e mandioca	Ramal do Km 26	Terra Firme
41	São Francisco	Citros, Fruticultura e hortaliças	Ramal do Km 26	Terra Firme
42	Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	Mandioca, hortaliças e artesanato	Acajatuba	Terra Firme
43	Divino Espírito Santo	Grãos e hortaliças	Costa de Iranduba	Várzea
44	Bom Jesus	Fibras e hortaliças	Paraná do Xiborena	Várzea
45	Santa Luzia	Couve, cebolinha e coentro	Costa do Xiborena	Várzea
46	Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	Couve, cebolinha e coentro	Costa do Catalçao	Várzea
47	Menino Jesus do Açutuba	Limão, mamão, maracujá e mel	R da Serra Baixa	Terra Firme
48	Nossa Senhora da Conceição	Fibras, pepino, couve e alface	Ilha da Paciência	Várzea
49	Nossa Senhora de Fátima	Fibra, pepino, couve e alface	Ilha da Paciência	Várzea
50	São Franciso de Assis	Pimentão, mandioca e pepino	Estrada do Iranduba	Terra Firme
51	São Franciso do Ariaú	Artesanato, pimentaão e mandioca	Rodovia Manoel Urbano	Terra Firme
52	São José I	Olericultura	Estrada do Janauari	Terra Firme
53	São Franciso	Olericultura	Ilha da Marchantaria	Várzea
54	São Sebastião	Olericultura	Ilha da Marchantaria	Várzea
55	Novo Renascer	Olericultura	Ilha da Marchantaria	Várzea
56	Santa Luzia	Olericultura	Ilha da Marchantaria	Várzea
57	São Lázaro I	Olericultura	Ilha da Marchantaria	Várzea
58	São Lázaro II	Olericultura	Ilha da Marchantaria	Várzea
59	Paricatuba	Pimentão e Laranja	Ramal do Paricatuba	Terra Firme

Nº	Comunidades	Produção	Local	Bioma
61	Nossa Senhora de Fátima	mandioca e pesca artesanal	Rio Negro/Acajatuba	Terra Firme
62	Nossa Senhora da Conceição	fibra, mandioca e hortaliças	Costa do Paricatuba	Várzea
63	Santa Maria	mandioca e pesca artesanal	Lago do Ubim	Várzea
64	Santo Antônio do Tiririca	mandioca e pesca artesanal	Rio Negro/Acajatuba	Terra Firme
65	São João Batista	fibra, mandioca e hortaliças	Ilha da Paciência	Várzea
66	São José	fibra, mandioca e hortaliças	Ilha da Maria Antônia	Várzea
67	Bebe Amaro	limão, mamão e pimentão	Ramal Km 13	Terra Firme
68	Santa Helena	mandioca, macaxeira e banana	Igarapé dos Ingleses	Terra Firme
69	Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	mandioca, coentro	Lago do Cacau	Várzea
70	Vila Nova	pecuária, banana e mandioca	Estrada do Janauari	Terra Firme
71	Nova Canaã	pecuária, banana	Lago do Ariaú	Terra Firme
72	Boa Fé	Couve, coentro e alface	Ilha da Paciência	
73	Nossa Senhora de Nazaré	Fruticultura e mandioca	Costa do Calderão	Várzea

Tabela 01: Unidades Produtivas das Comunidades de Várzea e Terra Firme de Iranduba
 Fonte: Sepror/IDAM, 2012. Org.: Paulo Rodrigo.

3.6 Índice de Condição de Vida no Território Rural Manaus e Entorno

O Índice de Condição de Vida (ICV) foi desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com o intuito de saber como estão as condições dos agricultores familiares. O questionário tem como objetivo criar indicadores para ver as diferenças da agricultura familiar em todo Brasil. As perguntas que constavam no questionário captavam três dimensões: fatores que favorecem o desenvolvimento, características do desenvolvimento e efeitos econômicos e sociais do desenvolvimento. Esses dados eram inseridos na base do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) e depois eram produzidos gráficos, onde poderia se ter idéia melhor dos índices de condição de vida dos agricultores rurais no Amazonas.

Esses questionários foram aplicados em 09 municípios, 21 comunidades e no total foram aplicados 279 questionários.

ETAPA	MUNICÍPIOS	COMUNIDADES VISITADAS	NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS
I	Manaus	Nova Canaã (BR 174, Km 4, ZF 1)	31
	Presidente Figueiredo	Jardim Floresta e Boa Esperança	31
II	Autazes	Bom Jesus e São Sebastião do Itaboca	31
	Manaquiri	Caminhando com Cristo e São Francisco do Cai n'água	31
	Careiro da Várzea	São Francisco do Baixo Cambixe, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Estrada do Paraná do Cambixe.	31
III	Irاندuba	Bom Jesus do Xiborena, Santo Antônio do Paracuúba, Santa Luzia	31
	Itacoatiara	Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Santa Luzia	31
	Rio Preto da Eva	São José, São Lázaro do Rio Preto da Eva, Igarapé Guariba, Santa Cruz do Rio Preto, Redenção.	31
	Careiro Castanho	São Francisco (BR 319)	31

Quadro 01: Municípios e comunidades de aplicação do ICV no território Manaus e Entorno.
 Fonte: UFAM/NUSEC/SDT, 2011.

Por conta da extensão territorial e das especificidades da Amazônia, a parte de logística da aplicação desses questionários era dificultosa por conta das casas serem muito afastadas, além da falta de apoio de órgãos municipais e estaduais.

Visitando as comunidades e vendo as suas respectivas produções, foi possível listar as produções das comunidades, conforme a tabela abaixo:

MUNICÍPIOS	COMUNIDADES RURAIS	PRODUÇÃO FAMILIAR
Manaus	Nova Canaã (BR 174, Km 4, ZF 1)	Laranja, mamão, maracujá, maxixe, pepino, pimenta de cheiro, macaxeira, açaí, cupuaçu.
Presidente Figueiredo	Jardim Floresta e Boa Esperança	Cupuaçu, cheiro-verde, pimenta, cacau.
Autazes	Bom Jesus e São Sebastião do Itaboca	Mandioca, cupuaçu, cará, castanha, açaí, laranja. Pecuária extensiva
Manaquiri	Caminhando com Cristo e São Francisco do Cai n'agua	Mandioca, milho, melancia, açaí. Pecuária extensiva, avicultura.
Careiro da Várzea	São Francisco do Baixo Cambixe, Nossa Senhora do Perp. Socorro e Estrada do Paraná do Cambixe.	Macaxeira, milho, melancia, tomate, jerimum, maracujá, cebola. Pecuária extensiva, avicultura, pesca.
Irاندuba	Bom Jesus do Xiborena, Santo Antônio do Paracuúba, Santa Luzia	Feijão de corda, pepino, alface, couve, pimenta, repolho, cheiro verde, mandioca. Pecuária extensiva, avicultura, pesca.
Itacoatiara	Nossa Senhora do Perp. Socorro e Santa Luzia	Laranja, abacate, cupuaçu, tucumã, mamão, mandioca, abacaxi, maxixe, cheiro verde. Pesca.
Rio Preto da Eva	São José, São Lázaro do Rio Preto da Eva, Igarapé Guariba, Santa Cruz do Rio Preto, Redenção.	Cupuaçu, mandioca, macaxeira, pupunha, tucumã, banana, abacaxi, laranja, verdura, cebola. Avicultura, pesca.
Careiro Castanho	São Francisco (BR 319)	Mandioca, macaxeira, banana, abacaxi, açaí. Avicultura, pesca.

Quadro 02: Lista das Comunidades e Mapeamento da Produção Familiar
 Fonte: Relatório Analítico do Território Rural Manaus e Entorno, Setembro, 2011.

Conforme o quadro as comunidades do Território Rural Manaus e Entorno tem a sua produção ligada diretamente à várzea, por conta da enchente/cheia vazante/seca. Esses

produtos são produzidos na época da cheia feijão de corda e hortaliças em geral, a pesca também é uma atividade que é realizada na época da cheia e colabora para a dieta e a renda extra dos agricultores familiares.

3.6.1 Faixa Etária dos Camponeses Amazônicos:

Conforme o gráfico abaixo a faixa etária mais encontrada nas comunidades rurais do Território Rural Manaus e Entorno é de maiores de 40 anos e entre jovens de 25 a 40 anos; o que é positivo já que não vemos tanta mobilidade de jovens para cidades, e que continuam nas terras rurais.

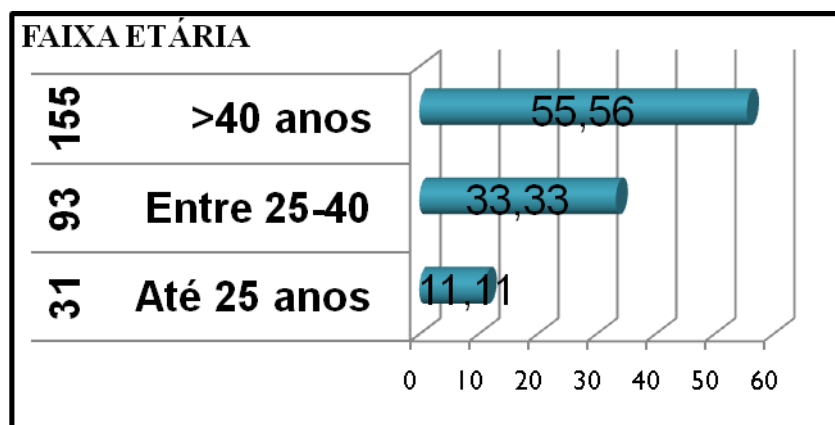


Figura 07: Faixa Etária dos agricultores familiares
 Fonte: UFAM/NUSEC/SDT, 2011.
 Relatório Analítico do Território Rural Manaus e Entorno, 2011.

Esses fatores podem estar ligados a questão da educação está sendo melhorada, ou até mesmo por conta de algum tipo de infortúnio que passou a ir para a capital do Estado e não ter tido experiências satisfatórias. Porém, ao ver as condições de vivência dos agricultores em suas terras, e da pele queimada pelo sol e muitas vezes envelhecidas ou, também, com problemas de saúde decorrentes do mal uso de agrotóxicos.

3.6.2 Fatores de Desenvolvimento

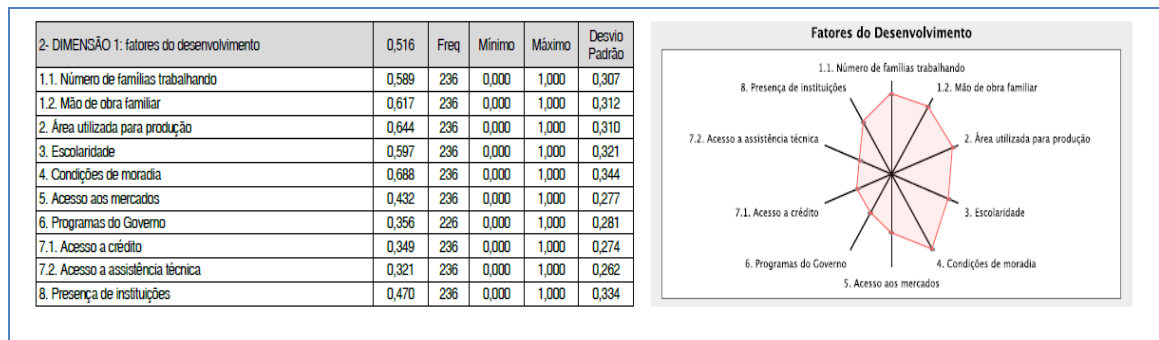


Figura 08: Fatores de Desenvolvimento

Fonte: SDT/SGE, 2011.

Relatório Analítico do Território Rural Manaus e Entorno, 2011.

Os fatores de Desenvolvimento propostos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário são com a tabela e o gráfico indicam o número de famílias trabalhando, mão de obra familiar, área utilizada para produção, escolaridade, condições de moradia, acesso aos mercados, programas do governo, acesso a crédito, acesso a assistência técnica, presença de instituições.

Analisando os gráficos vemos que os maiores índices estão em mão de obra familiar com 0,617, área utilizada para produção 0,644, condições de moradia 0,688 e escolaridade com 0,597. A mão de obra familiar tem índice altos provavelmente porque todos que estão na família ajudam de alguma forma a produção; os mais velhos sempre são presentes na produção e se queixam de dores etc, porém, sempre respondiam que a mão de obra era boa porque contava com a família e isso era bom. Nas áreas utilizada para produção, o índice elevado se deve por conta da fertilidade do solo logo após a cheia. As águas fertilizam o solo durante a cheia e quando seca, as terras estão boas para plantar, contudo, também há reclamações quanto a “terra cansada”. A moradia do camponês amazônico configura-se em casas suspensas que aguentam as forças da águas, e são construídas de madeira e que proporcionam uma visão de seu terreno e estão em correlação com a natureza. E disso, eles

não tem o que reclamar, praticamente, todos os entrevistados na pesquisa achavam suas moradias de bom a ótima.

Os índices mais baixos foram os de Acesso à Assistência Técnica com 0,321; acesso a crédito com 0,349; Programas do Governo com 0,356 e Acesso aos Mercados com 0,432.

A assistência técnica agrícola na qual o IDAM é responsável é defeituosa no Território Rural Manaus e Entorno segundo o gráfico. Isso se deve ao fato da dificuldade do agricultor de conseguir essa assistência, tanto pelos meios de locomoção, onde tem que sair de sua comunidade para ir até a sede municipal para conseguir a assistência técnica ou até mesmo entraves da burocracia. Quanto o acesso a crédito, grande parte dos entrevistados se queixaram, também, da dificuldade ao acesso a crédito onde era difícil conseguir empréstimos em banco por conta de não ter como comprovar renda, ou até mesmo de nome sujo. Em relação aos Programas do Governo, os entrevistados reclamavam, principalmente, da burocracia e dos entraves. O Bolsa Família era um dos programas que mais se percebia no meio do território onde quase todos os entrevistados acharam fácil conseguir o benefício, porém, reclamaram da demora de chegar o cartão. Quando a programas como PRONAF ou o Territórios da Cidadania pouco se foi dito, e praticamente são desconhecidos. E por fim, o acesso aos mercados que seriam dificultosos por conta do fator das águas, do transporte, que precisariam chegar a sede de algum município, feiras etc ou até mesmo entregar para o marreteiro (ou atravessador) para conseguir que o seu produto chegue as feiras.

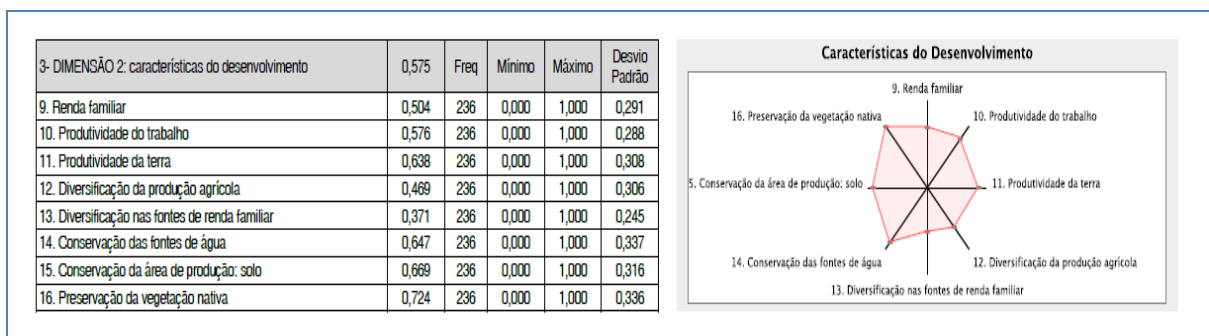


Figura 09: Características do Desenvolvimento

Fonte: SDT/SGE, 2011.
Relatório Analítico do Território Rural Manaus e Entorno, 2011.

As Características de Desenvolvimento são: Renda Familiar, Produtividade de Trabalho, Produtividade de Terra, Diversificação da Produção Agrícola, Diversificação nas fontes de Renda Familiar, Conservação das fontes de água, Conservação da área de produção: solo, Preservação da vegetação nativa.

Os maiores índices alcançados foram: Preservação da vegetação nativa com 0,724; conservação da área de produção: solo com 0,669; Conservação das fontes de água com 0,647 e Produtividade da Terra com 0,638.

Todos os itens que tiveram índices altos fazem parte do cotidiano do camponês amazônico. Vegetação nativa, o solo, a água. As terras, as águas e florestas de trabalho que estão em comunhão com o morador da várzea amazônica, e eles necessitam que fiquem conservados não só para eles, mas para geração futuras que necessitem do lugar e essa conservação cumina na produtividade da terra, onde as terras são fertilizadas pela água a floresta serve como um extrativismo (WITKOSKI, 2007). Contudo, os moradores reclamam da sujeira proveniente das sedes municipais, e do turismo que vem com seus barcos e às vezes com intenção de pesca predatória.

Os menores índices apresentados foram Diversificação da Renda Familiar com 0,371 e Diversificação da Produção Agrícola com 0,469. A diversidade da renda familiar do agricultor é composta da venda de seus produtos, ou do recebimento do programa Bolsa Família do Governo Federal. A diversificação da Produção agrícola vem dos produtos que são plantados como banana, cupuaçu, mamão, mandioca, milho, feijão, hortaliças etc. O que para o agricultor, não é diversificado, e que o fator da terra não ser “boa” para determinados cultivos.

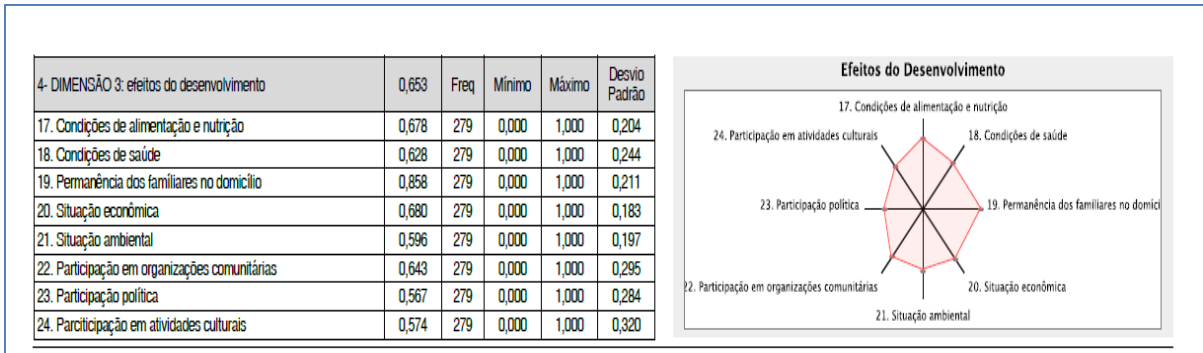


Figura 10: Efeitos do Desenvolvimento

Fonte: SDT/SGE, 2011.

Relatório Analítico do Território Rural Manaus e Entorno, 2011.

Os efeitos de desenvolvimento estão divididos: Condições de alimentação e nutrição, Condições de Saúde, Permanencia dos familiares no domicilio, situação econômica, situação ambiental, participação em organizações comunitárias, participação política e participação em atividades culturais.

Todos os índices alcançaram níveis satisfatórios. A permanencia dos familiares no domicilio responde todos os outros fatores; as condições de saúde, de alimentação, situação economica são satisfatórias e são elementos básicos para que os moradores permanem na comunidade rural; tanto os mais jovens que acabam permanecendo por conta de experiências frustradas nas cidades grandes etc. As condições de saúde vem dos médicos da família que passam nas casas de mês em mês e fazem o *check-up* dos moradores. A participação de eventos na comunidade também é muito forte, as festas da igreja, ou de eventos realizados pela comunidade são sempre bem vindos e a contribuição para realizá-los é massiva.

4 PARA NÃO CONCLUIR OU ENTENDA DISTO O QUE QUISER

Analisar o Programa Territórios da Cidadania não é uma tarefa fácil. O Programa divide-se em várias formas, em vários atores e acaba criando um emaranhado de possibilidades que na maior parte das vezes acaba confundindo as relações e os sujeitos, tais como com quem é responsável pelo o quê.

Contudo, fazendo recortes desse Programa e analisando-o a partir do município de Iranduba foi possível concluir que as Políticas Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário não conseguem chegar aos agricultores familiares do município de Iranduba. Os dois únicos projetos que são do Projeto da Cidadania via MDA não foram efetivados e não mostraram resultados satisfatórios.

Em contrapartida dos resultados, os próprios agricultores familiares, outros órgãos públicos acabaram construindo outras políticas que se mostram mais eficazes no município e no Amazonas. É o caso da Secretaria de Abastecimento e da Secretaria de Produção do Estado do Amazonas.

Os agricultores familiares do Território Rural Manaus e Entorno em sua maioria dizem que passam por dificuldades em alguns meses do ano, e que a vida é boa na comunidade, mas ao mesmo tempo sofrível. A adaptação que os ribeirinhos, caboclos ou camponeses sofreram durante séculos é visível a quem quiser ver. Entretanto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário parece seguir o ditado *“pior cego é aquele que não quer ver”* e acaba não relativizando suas políticas públicas para um Estado, um ecossistema que é muito diferente de qualquer outro do país. Contudo, com a abertura de pesquisas feitas não só pela Universidade Federal do Amazonas, mas também por outras 37 células distribuídas no Brasil e que apontam para outras perspectivas de políticas agrárias no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**, 2007.

BAUMAN, Z. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor , 2003.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2005.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. , 2011. Disponível em: <<http://www.estef.edu.br/zugno/wp-content/uploads/2011/05/cebs-freibetto.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de Gestão Estratégica**. Disponível em: <<http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

CAILLÉ, A. **Antropologia do Dom: O Terceiro Paradigma**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ELIAS, Maria Elizabeth Assis *et all*. **Relatório Analítico Território Rural Manaus e Entorno – Amazonas**. Manaus: UFAM, 2011 (Relatório de Pesquisa).

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e o subdesenvolvimento**. 5^a. ed. São Paulo: Global, 2008.

FRAXE, T. D. J. P. **Cultura Cabocla-Ribeirinha: Mitos, Lendas e transculturalidade**. 2^a. ed. São Paulo: Anablume, 2010.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização: Entre as Redes e os Aglomerados de Exclusão**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EduFF, 1997.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologia Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA, PESQUISA E CULTURA DA AMAZÔNIA. **Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Juruá**. Manaus: [s.n.], 2010.

MARICANATO, E. **A terra é um nó na sociedade brasileira... e também nas cidades**.

Disponível

em:http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_terrano sociedade brasileira.pdf . Acesso em: 30 de Maio. 2012.

MILLS, C. W. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1965.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO/ MORAEL, R. C.; ÁRABE, C. H. G.; SILVA, M. D. P. E. **As cidade cercam os campos**: Estudos sobre projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada. São Paulo: UNESP, 2008.

MORAIS, M. D. J.; PAULA, E. A. D. **Nos Labirintos das Fronteiras Amazônicas**. São Carlos: Rima, 2010. Cap. 3, p. 321.

OLIVEIRA, R. C. D. **O Trabalho de Antropólogo**. São Paulo, Brasília: UNESP, Paralelo, 1998.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT - Balanço de Gestão 2003-2010**. Brasília: [s.n.], 2011.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Juruá**. Alto Juruá: [s.n.], 2006.

_____. **Plano de Etnodesenvolvimento do Território Rio Negro da Cidadania Indígena**. [S.l.]: [s.n.], 2009.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Manaus: [s.n.], 2011.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - Território**

Madeira. Manaus: [s.n.], 2011.

SECRETARIA DA REFORMA DE ESTADO. **Organizações Sociais.** Brasília: MARE, v. 5, 1998. 74 p.

SECRETARIA DE ESTADO DE PESCA E AQUICULTURA. **Sobre a pesca artesanal.** , 2012. Disponível em: <<http://www.sepaq.pa.gov.br/?q=node/24>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

SILVA, L. C. D. **Cadeia Produtiva de Produtos Agrícolas** , 2005. Disponível em: <<http://www.agais.com/manuscript/ms0105.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

SIOLI, Harald. **Amazônia: Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 3ª. ed. São Paulo: Polis, 1982.

VALENCIO, N.; ANDRADE DE PAULA, E.; WITKOSKI, A. C. **Processos de Territorialização e Identidades Sociais.** São Carlos: EDUA, v. I, 2010.

WIKIPÉDIA. **Olericultura.** , 2012. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Olericultura>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

WITKOSKI, A. C. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho:** Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2010.



PORTIFOLIO FOTOGRAFICO

*É na época da **piracema** que a mesa do ribeirão se arma.
Quando os peixes passam pra desovar na cabeceira do rio, pula pra mesa a
curimatã e o bodó.
É com o **mata-fome**, a **gaponga**, a **pupunha arana** e o **jauari** que traz à mesa
a **matrinxã**, o **surubim**, **pigarara** pescados na terra alagada.
No meio das **miratingas** o ribeirão apanha o **tambaqui**, a **pirapitinga**, a
sardinha e o **pacu**.
E hoje a mesa é farta, amanhã não sei...*

(Mesa Farta, Juliana Alves)



A lógica nos “tempos de águas”.
Foto: Juliana Alves.



Na babilônia Amazônica, as hortas
suspensas
Foto: Paulo Rodrigo.



Simbiose sociedade-natureza
Foto: Juliana Alves.

A lógica ribeirinha na Amazônia
Foto: Juliana Alves.



Resquícios do sistema de aviamento, a
lembança do Regatão
Foto: Paulo Rodrigo.

Nem a maromba deu jeito, a água
invadiu e a família saiu...
Foto: Juliana Alves.





Na época da seca...a locomoção é de bicicleta
Foto: Paulo Rodrigo.



Na época da cheia...a locomoção é pela canoa
Foto: Paulo Rodrigo.



Na época da seca...o santo é todo dia
Foto: Paulo Rodrigo.



ANEXOS



Célula de Acompanhamento
e Informação do Território
Manaus e Entorno

**RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DE PROJETOS
TERRITÓRIO MANAUS E ENTORNO**

**MANAUS
2012**

PROJETO

*Territórios Rurais do Baixo Solimões e Entorno de Manaus: Gestão Social para o
Desenvolvimento Rural Sustentável*
Processo: 554423/2010-3 CNPq

EQUIPE

Antônio Carlos Witkoski – Coordenador
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe - Coordenadora
Kátia Viana Cavalcante – Professora Colaboradora
Juliana Araújo Alves – Técnica
Francisca Bispo de Sousa – Bolsista
Álvaro Jardel da Conceição de Oliveira – Bolsista
Paulo Rodrigo Sousa Santos – Iniciação Científica



1. PARTE I – “O ‘CASO’ MANAUS”

1.1 Município: Iranduba

Projeto: (1) Aquisição de barcos de alumínio e motores de 15HP no município de Manaus e Entorno

Consta no Plano de Trabalho 230.781-07/2007 relativo à aquisição de 10 barcos de alumínio e 10 motores de 15HP para serem alocados no Território Manaus e Entorno, que o objetivo do projeto era “*promover o fortalecimento das ações territoriais com o fornecimento de infraestrutura de deslocamento dos atores sociais junto as comunidades dos municípios do Território*”. A justificativa do projeto centra-se no acesso a informação no Território que se encontra comprometido devido aos aspectos da fisiografia da região, que dificultam as ações de mobilização e capacitação dos sujeitos sociais (nas suas mais variadas esferas agricultores familiares, CIAT, CMDRS etc). No plano supracitado “*a aquisição de barcos e motores de 15HP servirá como instrumento de apoio a mobilização para CIAT e CMDRS, bem como, ajudará no processo de assessoria técnica desenvolvida nos municípios*”. Os equipamentos adquiridos com recursos do MDA devem ser adquiridos pelo proponente, através de processo licitatório (cujas empresas vencedoras Amazônia Boat Ltda [R\$: 50.000,00] e Braga Motos Ltda [R\$: 47.500,00]). No caso deste projeto os equipamentos foram adquiridos pela Sepror (Secretaria Estadual da Produção Rural) e deveriam ficar sob a guarda do IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas) que disporia o uso dos objetos das instituições que compõem o CIAT e o CMDRS.



Figura 01: Bote de Alumínio comprado com recursos do MDA
Fonte: Acervo CAI/NUSEC, 2012

No Termo de Cessão de Uso nº004/2009 Sepror consta que no dia 10 de fevereiro de 2009 a Secretaria de Estado da Produção Rural repassou os equipamentos para a Associação Comunitária do Lago do Ariauzinho, cujo presidente Sr. Edmilson Ribeiro de Almeida, assinou o termo de cessão de uso do patrimônio estadual. Há uma contradição revelada nos próprios documentos referentes ao projeto, o barco de alumínio e o motor que deveriam ficar sob a guarda do IDAM, instituição vinculada a Sepror, mas foi repassado o bem móvel a uma Associação Comunitária do Município de Iranduba. No Quadro de Convênios celebrados com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) revela a pendência referente a este projeto citando que três motores foram roubados do almoxarifado da Sepror. Entre os dias 25 3 26 de julho de 2009 o Secretario Municipal de Produção de Iranduba, Sr. Celso Borghi, comunicou a Delegacia do 27º Distrito Policial que foi furtado da sede da Secretaria de Produção, motor de polpa de polpa 2T – 15HP, marca Yamaha e um motor marca Honda 5HP. A responsabilidade de gerir o patrimônio que deveria ser do IDAM foi repassado a Associação. Segundo o presidente da Associação Comunitária do Lago do Ariauzinho “o material era pra ser direcionado ao Conselho, mas como eles não tinham condições de assumir a responsabilidade e a Prefeitura do município encontrava-se inadimplente a Associação assumiu a responsabilidade.

Executor: A entrevista realizada com o executor revela o que abordamos inicialmente, não há memória dentro do Território. A pessoa indicada para responder como proponente/Sepror foi o Assessor de Projetos, Sr. Etelvino Rocha Araújo, que compôs o quadro da Sepror recentemente. O entrevistado se esforçou em ceder informações dais quais não possuía memória e disponibilizou documentos relativos aos projetos.

Beneficiário: O beneficiário informou que apesar do Termo de cessão de uso estar assinado pela Associação Comunitária do Lago do Ariauzinho o equipamento foi entregue para o CMDRS de Iranduba. Ter repassado os equipamentos para a Secretaria Municipal de Produção de Iranduba acarretou em impasse, pois nenhum dos envolvidos (Secretario municipal de produção, CMDRS, presidente da associação) consegue responder pelo furto dos equipamentos. O entrevistado Sr. Edmilson Ribeiro de Almeida na época do ocorrido comunicou à Articuladora Territorial e ao Delegado, contudo não foram tomadas providências quanto ao ocorrido.

Membro do Colegiado: A entrevista foi realizada com o Sr. Manoel Tibúrcio de Castro, presidente do CMDRS de Iranduba. O motor foi roubado de dentro da SEMBA de Iranduba, onde atualmente está instalada a sede do CMDRS. O projeto foi uma parceria do CMDRS

com a Sepror para promover o escoamento. Depois do roubo do motor foi realizada reunião com o MDA e todos os membros do CMDRS assinaram documento. Neste ato, o secretário Municipal de Produção se comprometeu em repor e arcar com o prejuízo.

Visão da Célula: Há no âmbito territorial uma série de entraves que dificultam o seu desenvolvimento que partem desde as diversas funções que um mesmo sujeito exerce no rol de instituições do Território até a inadimplência das instituições gestoras. O que é regido na ordem teórica não se estabelece em termos práticos. Dificulta o trabalho de acompanhamento desses projetos a rotatividade dos sujeitos envolvidos no processo, não há memória consolidada sobre as ações do Território. A situação do motor roubado nas dependências da Secretaria Municipal de Produção de Iraduba ainda não foi resolvida passaram-se, praticamente, três anos e o bem adquirido com recurso do Governo Federal ainda não foi substituído. Percebe-se a necessidade da presença de Auditoria Externa que possa acompanhar o andamento das atividades no Território.

Projeto: (2) Aquisição de Equipamentos para implantação de casas de farinha semi-mecanizadas no município de Manaus e Entorno

No Plano de Trabalho 130.784-94/2007 refere-se a aquisição de equipamentos diversos (peneiras, fornos, tachos, prensas etc) para implantação de Casas de Farinha semi-mecanizadas em onze comunidades rurais de municípios distintos que compõem o Território Manaus e Entorno. Na metodologia de execução consta que os equipamentos devem ser adquiridos por meio da Sepror via processo licitatório e as comunidades escolhidas seriam selecionadas pelas instituições pertencentes a CIAT e pela Secretaria de Produção Municipal. Contudo, a casa de farinha alocada no município de Iraduba, especificamente, na Comunidade Nova Esperança é resultante de demanda espontânea da Cooperativa Mista Agrícola do Produtor Rural de Iraduba (Comapre). Apresentaram o projeto ao MDA para pleitear recursos e foi aprovado. Posteriormente a SEARP (Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares) comunicou à Cooperativa que não poderiam receber o equipamento por a Comapre ser de natureza privada. Segundo a política dos Territórios os objetos financiados com seus recursos só podem ser fixados em terrenos do Governo/União.

Em vista desse cenário a Cooperativa decidiu repassar a Casa de Farinha para a Comunidade Nova Esperança. A Casa de Farinha não está funcionando, pois os equipamentos

encontram-se no almoxarifado da Sepror, em Manaus. No Termo de Doação de Bens Móveis, datado de 10 de fevereiro de 2009, a Sepror repassa a cessão de uso à Associação Comunitária do Lago do Ariauzinho, assinada pelo presidente da comunidade Sr. Edmilson Ribeiro de Almeida.



Figura 02: Casa de Farinha na Comunidade Nova Esperança – Iraduba
Fonte: Arquivo CAI/NUSEC, 2012

Executor: A entrevista realizada com o executor revela o que abordamos inicialmente, não há memória dentro do Território. A pessoa indicada para responder como proponente/Sepror foi o Assessor de Projetos, Sr. Etelvino Rocha Araújo, que compôs o quadro da Sepror recentemente. O entrevistado se esforçou em ceder informações das quais não possuía memória e disponibilizou documentos relativos aos projetos.

Beneficiário: A cooperativa foi quem elaborou o projeto que por questões burocráticas repassou a Casa de Farinha para a Comunidade Nova Esperança. A Casa de Farinha está inoperante há uma estrutura mínima que foi uma contrapartida da comunidade e os equipamentos se encontram no almoxarifado da Sepror, Manaus.

Membro do Colegiado: A Casa de Farinha não foi repassada para nenhuma Comunidade foram roubadas das dependências da Secretaria Municipal de Produção Rural de Iraduba. Os equipamentos da Casa de Farinha da Comunidade Nova Esperança ainda encontram-se na SEARP. Os equipamentos foram repassados sem nenhuma documentação para a Secretaria Municipal de Produção. Agora, há impasse de quem pode responder pelo roubo dos equipamentos. Os fornos de farinha não foram entregues, a Sepror ficou de mandar três fornos e entregou apenas um desses fornos.

Visão da Célula: Há um contraponto entre o que é decidido no Plano de Trabalho e o que se efetiva de fato no Território. A Casa de Farinha não foi uma demanda da Comunidade onde a

mesma está alocada, a ideia partiu do presidente da Comapre que por questões burocráticas repassou o bem móvel para a Comunidade Nova Esperança (situada na Rodovia AM 070 – Km 17, Ramal da Tapiré), mas de fato que é donatário da Casa de Farinha (no Termo de Cessão de Doação é a Associação Comunitária do Lago do Ariauzinho (situado no Jandira).

1.2 Município: Careiro da Várzea

Projeto: (1) Fortalecimento da cadeia produtiva do pescado no município de Manaus e Entorno

Na relação de bens constam os seguintes equipamentos: 1 automóvel Ford Fiesta 1.6 com a característica de prestar apoio institucional. 1 kit para controle da qualidade da água (1 medidor de Ph, 1 medidor de condutividade, 1 medidor de Oxigênio e 1 maleta de transporte). Os equipamentos não foram entregues completamente, o kit de água ainda encontra-se no almoxarifado da instituição. O carro adquirido com recursos do MDA está sendo usado pela FETAGRI-AM (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amazonas).

Executor: A entrevista realizada com o executor revela o que abordamos inicialmente, não há memória dentro do Território. A pessoa indicada para responder como proponente/Sepror foi o Assessor de Projetos, Sr. Etelvino Rocha Araújo, que compôs o quadro da Sepror recentemente. O entrevistado se esforçou em ceder informações das quais não possuía memória e disponibilizou documentos relativos aos projetos.

Beneficiário e Membro do Colegiado: Devido aos fatores supracitados quanto aos aspectos fisiográficos da região e a ausência de memória consolidada no âmbito do Território a entrevista com esses dois sujeitos-chave para a compreensão da complexidade do andamento das atividades desse projeto foi comprometida. A Célula entrou em contato com a presidente Izete Rodrigues Rabelo da FETRAFRI-AM que não estabeleceu retorno quanto a entrevista. O Careiro da Várzea é um dos municípios mais assolados pelo regime hidrológico da cheia. O membro do Colegiado a ser entrevistado seria o Sr. Raimundo Passos, Secretário de Obras do Município de Careiro da Várzea, que se encontra impossibilitado de ceder entrevista, devido as ações de emergência no município.

Visão da Célula: Os equipamentos estão sendo desviados das funções originais estabelecidas no Plano de Trabalho do projeto, o que pode ser auferido com a utilização do carro pela FETAGRI-AM. Apesar de o projeto ter sido concebido em 2006 até o presente momento

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO AMAZONAS - COMARCA DE MANAUS



CARTÓRIO DO REGISTRO ESPECIAL
(TÍTULOS E DOCUMENTOS)
C. G. C. 04.536.546/0001-12

Rua Miranda Leão, 357 - Altos - Fone: 234-6669

OFICIAL VITALÍCIO

CREUSA MARROCOS LARROQUE
C. P. F. 032246602-44

CERTIDÃO

Certifico em virtude das atribuições que por lei me são conferidas e a requerimento verbal de parte interessada, que revendo no cartório a meu cargo o livro B número Cento e Trinta e Oito (B nº 138) - de Transcrições Integrais, dêle verifiquei constar o registro do teor seguinte: -155.317 - Janeiro/12. Número de ordem: -cento e cinquenta e cinco mil trezentos e dezessete. Janeiro doze de mil novecentos e oitenta e oito. Ata Apresentada por Valdir Vieira dos Santos e apontada pelo número cento e cinquenta e oito mil e dezessete do livro de Protocolo A número dez." - Ata de fundação da Associação Comunitária Santa Luzia. Aos sete dias do mês de Novembro, do ano de mil novecentos e oitenta e seis, às 10 horas no centro social da Ilha do Baixo Município de Iranduba, Estado do Amazonas, reuniram-se conforme o convite feito por Edital de Convocação, os produtores Rurais, cujos nomes constam no livro de presença em número de 21 todos residentes nesta comunidade, para deliberarem sobre a fundação da Associação Comunitária Santa Luzia. O líder comunitário Sr; Aldecir Lima da Silva, deu início aos trabalhos da Assembléia, e comunicou aos presentes que os Srs; Raimundo Vieira dos Santos, delegado Sindical e Ademir Vieira dos Santos, professor, e Assessores da Comunidade participaram da Assen

o. Parroque

Assembléia prestando Assessória que se fizer necessária. O presidente da mesa convidou a líder a Sra; Eunice Oliveira dos Santos, para Secretariar os trabalhos da mesa em seguida foi feita a leitura do Edital de convocação, para conhecimento de todos os presentes, passando a discutir o primeiro Item, sobre a conveniência da fundação da Associação Santa Luzia. Que foi depois de discutida e aprovada por unanimidade pelos presentes. Dando prosseguimento foi discutido o segundo item e a apreciação do Estatuto. Após a leitura e discussão do Estatuto foi submetido pelo presidente da mesa a aprovação por unanimidade. A seguir foi realizada a eleição da diretoria que assim ficou constituída, presidente -Valdir Vieira dos Santos-Vice-presidente, Eunice Oliveira dos Santos -tesoureiro, Alvaro Vieira dos Santos-Vice-tesoureiro Aldecir Lima da Silva -Secretária, Meires Lima da Silva -Vice Secretaria- Valdiza dos Santos | Silva -primeiro conselheiro fiscal, Roberval Dias da Silva Segundo conselheiro fiscal Rivaldo Vieira dos Santos, terceiro conselheiro fiscal / Francisco Gonçalves de Lima, Suplentes do conselho fiscal Raimundo Vieira dos Santos, Maria José Oliveira da Silva-Luiz Gonzaga Paulo da Silva. Dando continuidade o presidente da mesa declarou definitivamente fundada a Associação Comunitária Santa Luzia e declarou os eleitos e empossados. Nada mais a tratar. O presidente deu por encerrada a sessão ao que para constar lavrei a presente ata, que após fechada conforme, vai assinada por mim Secretaria dos trabalhos e os componentes da diretoria / eleita. Ilha do Baixo, 07 de Novembro de 1986 (assinado) Eunice Oliveira dos Santos -Secretária da mesa- presidente da mesa- (assinado) Aldecir Lima da Silva -Presidente eleito-(assinado)- Valdir Vieira dos Santos-secretario eleito (assinado) Meires Lima da Silva -tesoureiro eleito(assinado) Alvaro Vieira dos Santos. "Era o que se continha em dita Ata, aqui bem e fielmente registrada, conferida e consertada, aos doze dias do mes de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e oito. Eu, Ana Maria Loureiro de Lucena, sub-oficial datilografei. E eu, Creusa Marro Larroque, oficial vitalício subscrevo e assino. Manaus, 12 de

FEDERATI

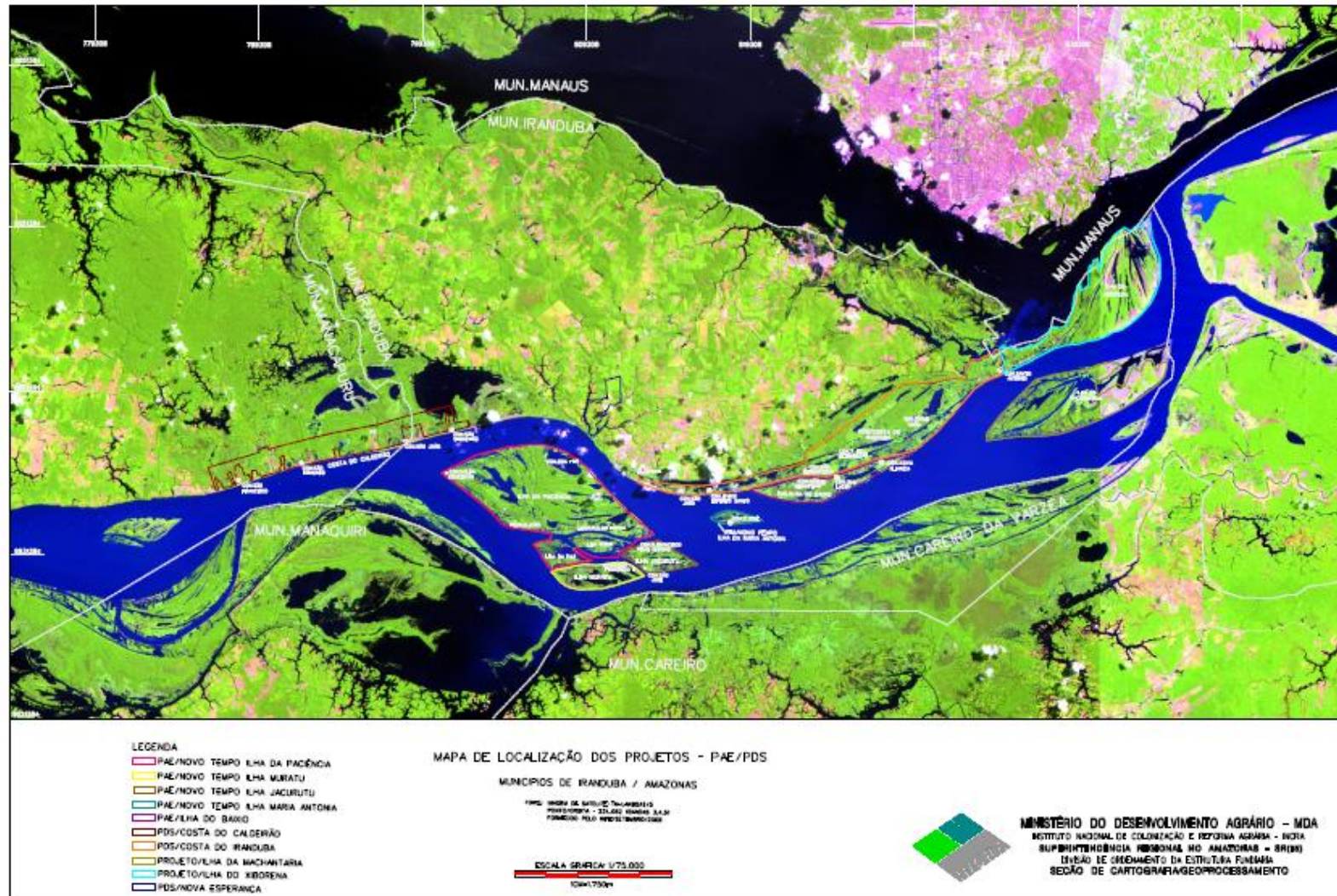
12 de Janeiro de 1988. (Assinado) Creusa Marrocos Larroque. "ERA o que se continha em dito registro que para aqui bem e fielmente' transcreví do próprio original ao qual me reporto em meu poder' e cartório; dou fé. Dada e passada nesta cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, aos doze / dias do mes de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e oito (12.01.1988). Eu, Creusa Marrocos Larroque, oficial titular, a subscreevo e assino.

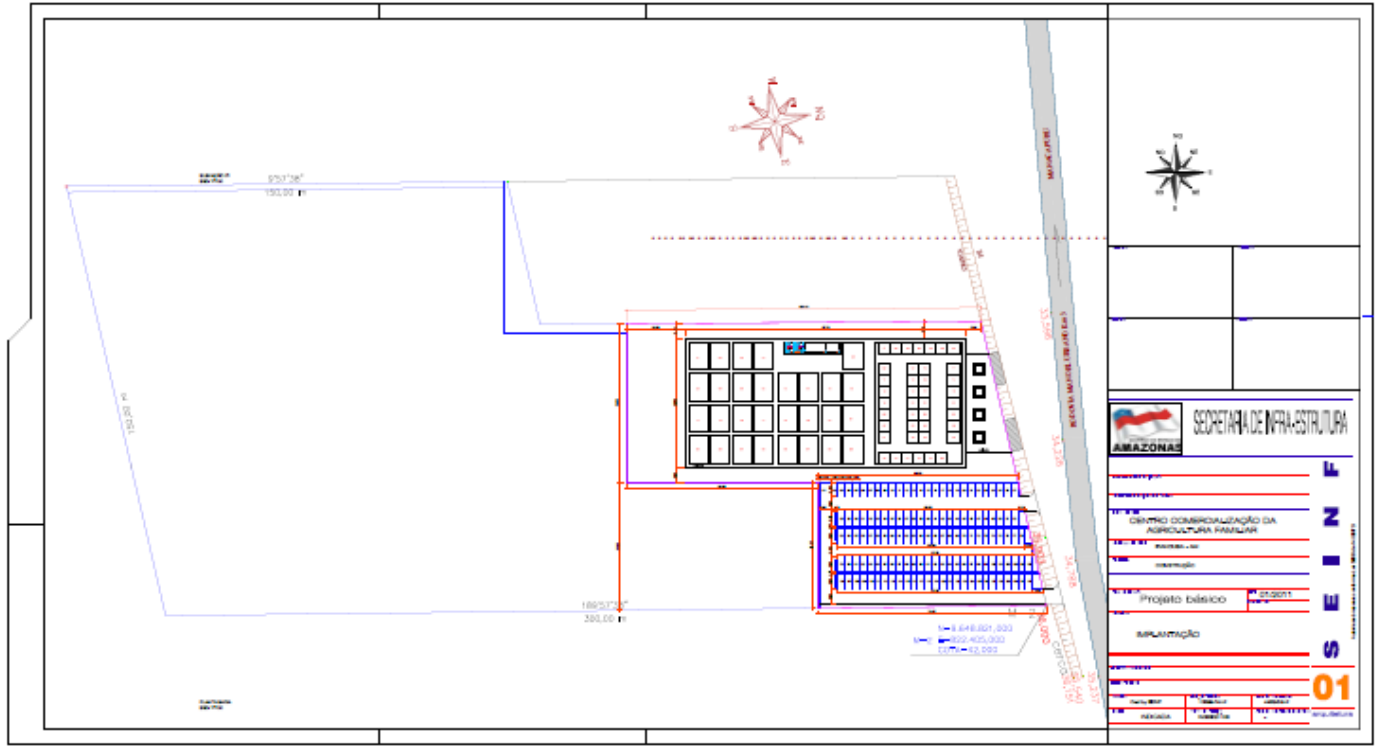
Manaus, 12 de janeiro de 1988
Creusa do. Larroque

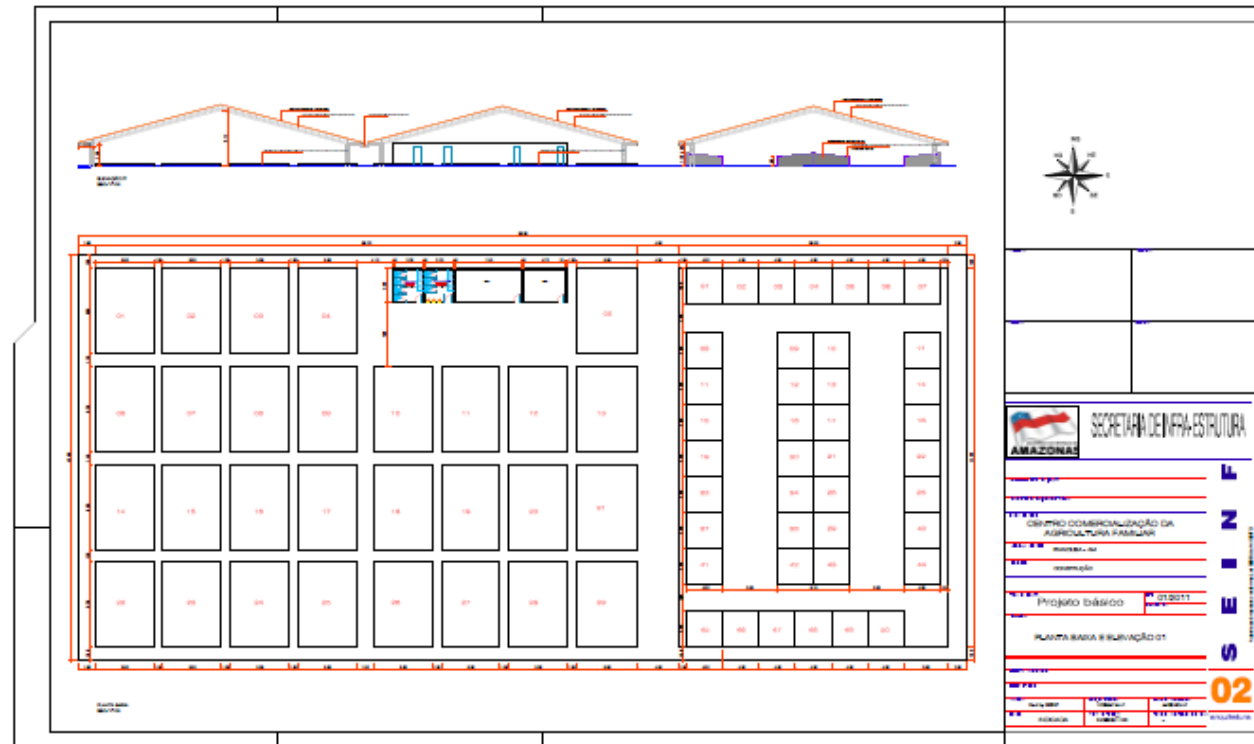
co. e co. por mim
co. Larroque

Lista nominal dos moradores da Lha do
Baixio da reunião de Assembleia Geral Ex-
traordinária para a fundação da Associação
Comunitária Santa Lúzia. Em 07 de Novem-
bro de 1986.

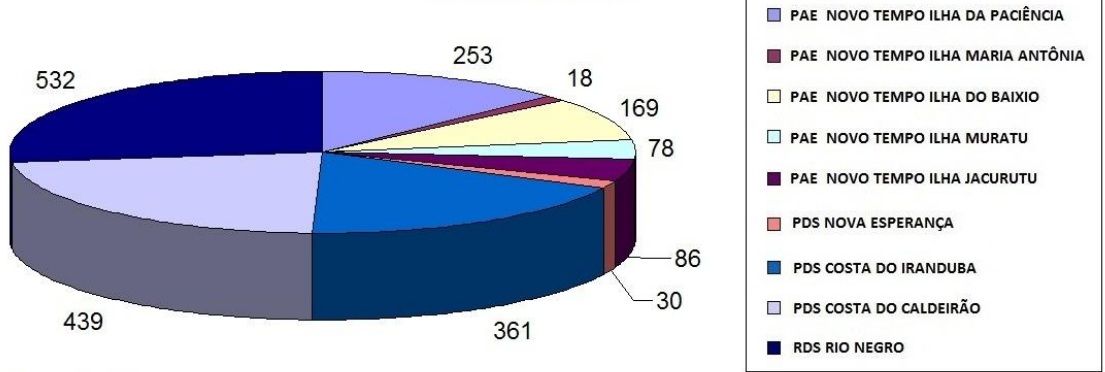
- 1: Aldeio Lima da Silva
- 2: Roberto Dias da Silva
- 3: Vicente Dias da Silva
- 4: Jaldin Vieira dos Santos
- 5: Maria Rivalva dos Santos da Silva
- 6: Luis Gonzaga Paulo da Silva
- 7: Maria Rival da Vieira dos Santos
- 8: Valdiza dos Santos Silva
- 9: Maria da gloria Vieira dos Santos
- 10: João dos Santos
- 11: Rivaldo Vieira dos Santos
- 12: Maria José Oliveira da Silva
- 13: Raimunda Vieira dos Santos Rufino
- 14: Leizes Lima da Silva
- 15: Maria José Lima da Silva
- 16: Raimunda novata Silva dos Santos.
- 17: Alvaro Vieira dos Santos
- 18: Eunice Oliveira dos Santos
- 19: Francisco Gonsalves de Lima







Número de Famílias Assentadas em Áreas de Várzea e Terra Firme INCRA/Iranduba



Fonte: Sempa - Iranduba